



PLANO DE GESTÃO

COLIGAÇÃO SIM PRA JUIZ DE FORA - PSL - PODEMOS
PATRIOTA - PTB - MDB - PP - SOLIDARIEDADE



#SIMPRAJF



ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	04
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, NEGÓCIOS E TURISMO	05
SAÚDE	11
SEGURANÇA PÚBLICA	15
MOBILIDADE URBANA	19
INFRAESTRUTURA URBANA	25
CIDADANIA	28
CIDADE INTELIGENTE E SUSTENTÁVEL	35
ZONA RURAL E AGROPECUÁRIA	38
EDUCAÇÃO	40
AGRADECIMENTOS	50

APRESENTAÇÃO

Juiz de Fora é uma cidade incrível.

Localização privilegiada, povo acolhedor e potenciais infinitos que fazem de nossa terra um lugar pleno de oportunidades. Com tudo isso, por que será que nossa gente anda tão desacreditada com os rumos que a cidade tomou?

É muito comum escutar que aqui é uma cidade que se limita ao estudo e à aposentadoria. Desenvolvimento profissional, crescimento econômico e pioneirismo, aos olhos de muitos, já não fazem parte da nossa realidade. Mas como fomos chegar nesse lugar de tanto conformismo e desesperança?

Sufocada em uma operação lenta, inchada, obsoleta e cada vez mais desidratada em suas receitas e deficiente na entrega de serviços ao cidadão, Juiz de Fora colhe o resultado da sucessão de governos omissos e de décadas de irresponsabilidade com as contas públicas. O momento atual deixa tudo ainda mais difícil, é verdade. Os impactos sociais, econômicos, culturais e políticos da pandemia já são sentidos na pele, sobretudo na vida dos mais pobres. E, mais do que nunca, é necessário preparo, criatividade e experiência em gestão pública para encarar isso tudo de frente.

Trafegando pelas ruas também é fácil perceber os impactos gerados por um crescimento urbano desordenado e irresponsável. É só olhar para as vias intransitáveis, para o trânsito lento e para o transporte público caro, ineficiente e que não atende aos interesses da nossa gente.

Áreas como saúde e educação sofrem duramente com sistemas obsoletos e burocráticos, tornando o dia a dia de quem depende desses serviços ainda mais estafantes. Para pais e mães que precisam trabalhar, faltam vagas em creches e transparência na fila de espera. Para quem precisa de uma consulta ou de um medicamento, sobra descaso e desesperança em um sistema arcaico dessincronizado, que atrapalha a vida de quem precisa de atendimento e também dos profissionais que querem oferecer um serviço de qualidade para a população.

Apesar de Juiz de Fora ainda ser considerada uma cidade tranquila e alguns indicadores terem mostrado melhoras significativas nos índices de segurança no último ano, é necessário fortalecer e valorizar todo esforço da Guarda Municipal e das Polícias Civil e Militar. Trabalhar para que sejam bem equipadas, para que o uso da tecnologia seja constante e pela integração das forças de segurança, o que certamente trará resultados para toda a comunidade.

Neste momento de pandemia e pós-pandemia, mais do que nunca, o desafio dos prefeitos será fazer mais com menos utilizando o dinheiro público de forma inteligente. Os municípios que estiverem mais bem preparados sairão na frente nas retomadas econômicas, sanitárias e sociais que teremos que passar.

Nos últimos meses, eu e minha equipe nos reunimos com várias pessoas para ouvir sugestões: especialistas e pessoas interessadas em dar sua contribuição. Juntos, nos debruçamos sobre livros e cases de sucesso, para montarmos um Plano de Gestão consistente, coeso e convergente, que tratasse a fundo as nossas principais demandas.

Nosso Plano se apoia na colaboração da sociedade e se fundamenta nos **seguintes eixos estratégicos**:

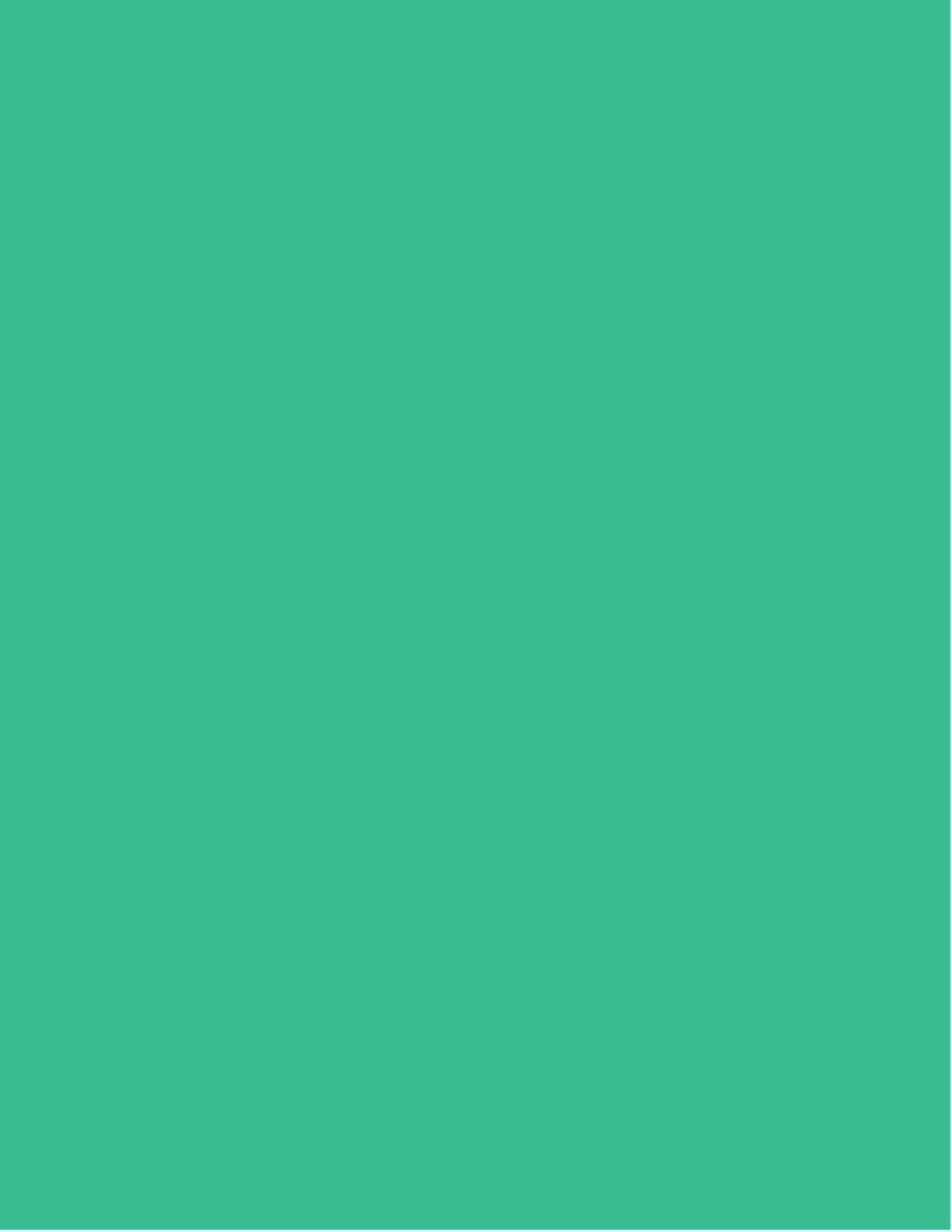
- I – Uma Cidade Sociável;
- II – Uma Cidade Saudável;
- III – Uma Cidade Segura;
- IV – Uma Cidade Sustentável.

Propomos um governo eficiente, que utilize ferramentas estratégicas modernas e seja capaz de dar respostas à população nesses quatro eixos.

Este é um pacto pelo resgate de Juiz de Fora. A síntese das nossas ideias para transformar nossa realidade e reaver o nosso protagonismo.

Vamos juntos reerguer Juiz de Fora!

Delegada Sheila



**DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO,
NEGÓCIOS E
TURISMO**

Passamos por um momento histórico em nossa sociedade.

O coronavírus, além de uma emergência sanitária sem precedentes, ocasionou uma grave crise econômica em todo o mundo. No Brasil, estados e municípios, de forma precipitada, decretaram calamidade pública e propuseram que a população adotasse o isolamento social como a principal medida de contenção do avanço da proliferação do vírus de forma acelerada. Em contrapartida, o poder público deveria preparar e equipar a rede de pública de saúde para garantir atendimento à população. Não foi isso que vimos acontecer em nossa cidade. Além de insuficientes, os esforços para evitar a perda de muitos cidadãos promoveram a instalação de uma das mais graves crises econômicas da história de nosso município.

Em Minas Gerais, atingimos o platô em julho de 2020 (quatro meses após o início do isolamento social), o que permitiu a reabertura de alguns segmentos. Porém, a crise já estava instalada: muitas empresas já estavam lutando para manter seus estabelecimentos abertos e muitos empregos já haviam sido perdidos. Só em Juiz de Fora, entre Janeiro e Julho, mais de 6 mil famílias foram impactadas com o fantasma do desemprego.

Após seis meses de decretos, proibições e protelação de quarentena, a triste realidade que tanto foi anunciada desde março chegou: a estimativa do Sindicómércio, considerando as lojas no Centro, bairros e shoppings, é que 400 lojas já tenham fechado as portas em Juiz de Fora por causa da pandemia. E pra piorar essa situação, o órgão avalia previsão de que, até o final do ano, cerca de 20% das empresas de comércio e serviços do município sejam fechadas, afetando gravemente o nosso principal setor.

Neste cenário tão nebuloso, mais de 100 mil juiz-foranos, cerca de 20% da população, ficaram dependentes do Auxílio Emergencial aprovados pela Câmara dos Deputados, Senado e Governo Federal e centenas de empresas adotaram o Programa Emergencial

de Manutenção do Emprego e da Renda, que no Brasil todo preservou mais de 17 milhões de empregos. Além disso, só em investimentos para o combate ao Coronavírus, de acordo com o TCE/MG, o governo federal garantiu mais de 59 milhões de reais para nossa cidade. A dúvida que fica é: este dinheiro está sendo bem empregado? Mesmo com insistentes cobranças, seguimos sem respostas

DIAS MELHORES VIRÃO

Apesar de todas as situações relatadas acima, consigo vislumbrar dias melhores para Juiz de Fora. Para isso, será necessária a adoção de medidas drásticas para reerguer a nossa amada cidade desse fundo do poço em que nos encontramos. E acredito que isso só será possível com união, diálogo, trabalho, gestão simplificada e criatividade.

Nós apresentamos aqui um plano muito bem elaborado.

Ele vai ao encontro dos anseios da sociedade juiz-forana, para que a economia volte a respirar, atraindo investimentos para o município, simplificando processos, desburocratizando a Administração Pública, promovendo transparência na gestão e retomando o crescimento.

Anuncio a vocês o nosso principal vetor: o **Plano de Recuperação Econômica**. Ele se pauta em três principais pontos:

REESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA

ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS

INFORMATIZAÇÃO E DESBUROCRATIZAÇÃO

Considero que a recuperação econômica de Juiz de Fora será primordial para que possamos transformar nossa cidade e trazer qualidade de vida para todos os juiz-foranos.

Atualmente, Juiz de Fora conta com 16 secretarias, sendo elas:

Secretaria de Saúde

Secretaria de Meio Ambiente e Ordenamento Urbano

Secretaria de Obras

Secretaria de Planejamento e Gestão

Secretaria de Administração e Recursos Humanos

Secretaria de Segurança Urbana e Cidadania

Secretaria de Comunicação Pública

Secretaria de Transporte e Trânsito

Secretaria de Desenvolvimento Social

Secretaria de Fazenda

Secretaria de Educação

Secretaria de Governo

Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Agropecuária

Secretaria de Esporte e Lazer

Procuradoria-Geral do Município

Controladoria Geral do Município

REESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA

A Administração Pública Municipal encontra-se muito inchada e ineficiente.

Falta diálogo entre as secretarias para que a resolução dos problemas ocorra de forma mais ágil. As empresas públicas não trabalham com a integração necessária para fornecerem um serviço de melhor qualidade, como é o caso da Cesama e Empav em algumas obras viárias.

Para mudar essa situação, a escolha de um corpo mais técnico será essencial.

Assim, a Administração Pública se torna mais eficiente, adequada às demandas da sociedade e menos suscetível a interesses políticos. Observamos um cliente-cidadão necessitando da prestação de serviço público no município

e nem sempre sendo atendido com a eficiência necessária. É preciso implantar melhores práticas de equidade, justiça, transparência e participação popular na gestão pública.

Para reerguer Juiz de Fora é necessário o ajuste das contas públicas.

Em 2019 a Prefeitura terminou o ano com um déficit de 95 milhões de reais. É fundamental rever os gastos com toda a estrutura pública, como contratos, aluguéis, as empresas públicas e os gastos previdenciários. Também é importante maior eficiência na arrecadação com a agilidade de processos e melhor gestão tributária. Só assim será possível que nossa cidade alcance o equilíbrio orçamentário e volte a ter capacidade de investir e atender às demandas sociais e de infraestrutura da população.

PROPOSTAS



Reorganização das Secretarias, visando o ganho de eficiência e maior integração entre as pastas;



Escolha de corpo técnico para os principais cargos e valorização do servidor de carreira, com o fim de garantir maior eficiência e eficácia na gestão;



Criação de uma cultura de boas práticas no setor público, com uma mudança estrutural que visa a melhoria contínua da Administração Municipal;



Reorganização das autarquias e empresas públicas, garantindo melhor gestão de recursos e operações;



Ajustes nas contas públicas, com a redução de gastos e maior eficiência na arrecadação, com o objetivo de alcançar o equilíbrio do orçamento no primeiro ano e superávit a partir do segundo ano;



Retomada da capacidade de investimentos da Prefeitura para que haja maior desenvolvimento econômico da cidade e melhoria na qualidade de vida da população.

ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS

Precisamos trazer nossa cidade de volta ao mapa do desenvolvimento.

Para isso, é necessário agir atraindo empresas para a cidade e criando condições para que as empresas já estabelecidas prosperem. Isso inclui incentivos fiscais, criação de estrutura, simplificações de documentações e até divulgação das nossas qualidades em âmbito nacional. Só no último ano Juiz de Fora caiu 9 posições no ranking da Revista Exame das melhores cidades para se investir.

Comércio e serviços foram os setores mais afetados pela crise atual. E precisam de mais apoio para se recuperarem. É preciso manter diálogo aberto com seus representantes, ouvir as demandas e atuar junto. Garantir transparência nas ações e desburocratizar os serviços ajudam a fomentar iniciativas dos setores e a gerenciar suas expectativas.

Juiz de Fora precisa ser conhecida como uma cidade simples.

Isso tem que ser uma realidade na hora de se investir, trabalhar e se adaptar às novas demandas de tecnologia e infraestrutura que estão por vir, como é o caso da internet 5G, suporte à indústria 4.0, e-commerce, dentre outros. Temos capacidade para nos tornarmos um verdadeiro polo de desenvolvimento tecnológico. Fomentando incubadoras de empresas e fazendo parcerias com as universidades podemos aproveitar a mão de obra qualificada que se forma aqui dando incentivos e condições para que empresas de tecnologia se instalem.

Temos também o desafio de mapear espaços e promover parcerias com a iniciativa privada. Através da realização de parcerias e criação de incentivos, asseguramos investimentos na conservação e manutenção do patrimônio público, beneficiando diretamente a população juiz-forana.

PROPOSTAS

✓ **Atração de novas empresas para a região, garantindo o desenvolvimento industrial, a geração de empregos e aumento da arrecadação do município;**

✓ **Criação de uma agenda de desenvolvimento planejado da Zona da Mata;**

✓ **Fomento à realização de investimentos em energia renovável e tecnologia, assegurando a atração de tecnologia e desenvolvimento sustentável para a cidade;**

✓ **Melhor aproveitamento econômico dos espaços públicos, com realização de parcerias locais para investimentos e conservação do patrimônio público;**

✓ **Incentivos e ações para os setores de comércio e serviços, com o objetivo de recuperar os empregos perdidos e gerar novos postos de trabalho;**

✓ **Parcerias efetivas com as universidades de Juiz de Fora;**

✓ **Estímulo à Política Municipal de Economia Solidária;**

✓ **Implementação do Programa Juiz de Fora do Futuro, visando o estabelecimento do município como um centro cooperativo de tecnologia e inovação;**

✓ **Realização de parcerias público-privadas para aumentar os investimentos em infraestrutura na cidade.**

INFORMATIZAÇÃO E DESBUROCRATIZAÇÃO

A burocracia dificulta a vida das pessoas.

Para resolver esse problema, é necessária a simplificação dos processos para que as demandas da população e das empresas sejam atendidas com mais agilidade digitalmente ou em um único lugar. É essencial que processos sejam revistos, que a obrigatoriedade de determinadas documentações sejam reavaliadas e que o investimento na informatização seja prioritário.

Abrir uma empresa não pode ser tão demorado. Juiz de Fora precisa fomentar a inovação e a abertura de novas micro e pequenas empresas para a geração de empregos em todas as regiões da cidade. A criação do Empreende JF, um centro de suporte para criação de MEIs, Startups e Pequenas Empresas, busca auxiliar empreendedores com assistência contábil, financeira e jurídica, onde toda a documentação possa ser resolvida em um único lugar, e que haja a informatização de processos, aumentando as chances dessas empresas obterem sucesso em seus negócios.

Regularizar os imóveis é garantir dignidade e gerar receita para a cidade. Hoje, em Juiz de Fora, cerca de 10 mil imóveis não são regularizados. Muitos não podem ser, por estarem em área de risco ou de proteção ambiental, mas a maioria pode. São famílias que por não possuírem documentos e comprovantes de residências não conseguem acesso a direitos básicos, como luz, água e coleta de lixo. É preciso simplificar o processo de regularização fundiária de casas e terrenos urbanos e dar a oportunidade de legalização de casas e lotes de forma mais rápida e menos burocrática, dessa forma garantimos dignidade e fomentamos o mercado imobiliário nos bairros.

Desburocratizar para fomentar o turismo.

A Prefeitura precisa se unir com empresas, associações, instituições e clubes para promover competições, congressos, eventos e feiras em Juiz de Fora. É importante aproveitar nossa posição geográfica, bem como nossa estrutura hoteleira e espaços de exposição. É necessário simplificar os trâmites e fomentar a realização de eventos agropecuários, culturais, esportivos, religiosos e tecnológicos.

PROPOSTAS

✓ **Simplificação de documentações, taxas e alvarás, proporcionando a redução da burocracia e prazos;**

✓ **Informatização de processos e serviços, garantindo agilidade e redução de custos;**

✓ **Desburocratização e incentivos para o turismo de eventos em Juiz de Fora, através da agilidade na liberação de espaço e incentivo para realização de eventos agropecuários, culturais, esportivos e tecnológicos;**

✓ **Simplificação do processo de regularização fundiária de casas e terrenos urbanos em Juiz de Fora, garantindo dignidade e direitos básicos às famílias;**

✓ **Disponibilização de serviços e requerimentos online, aumentando a celeridade e otimização de tempo nos processos administrativos;**

✓ **Criação do Empreende JF, um centro de apoio aos novos empreendedores.**



SAÚDE

Dentre as competências do município está a prestação de serviços de atendimento à saúde da população, que deve ser prestado com qualidade, eficiência e transparência.

Neste momento tão atípico que vivemos, mais do que nunca, deve ser garantido a todas as famílias e cidadãos o direito à saúde, através da informatização da saúde, do fortalecimento da atenção primária, da desburocratização do atendimento especializado, da redução do tempo para realização de exames e da garantia de um serviço de urgência e emergência mais eficiente e humanizado.

A informatização da saúde será essencial para melhoria da saúde pública em Juiz de Fora.

É algo simples de ser feito. E que já funciona bem em várias cidades brasileiras. Com a implantação de sistema de informação nas unidades de saúde será possível a criação de um prontuário eletrônico unificado dos pacientes, a realização de agendamento de consultas e exames online e a entrega de exames laboratoriais, permitindo maior eficiência e economia na prestação do serviço público. Além disto, os pacientes poderão acompanhar a fila de espera para realização de consultas, exames, cirurgias, garantindo maior transparência ao processo e dignidade aos cidadãos.

É importante também a reestruturação organizacional da Secretaria de Saúde.

Isso será possível com o retorno da Subsecretaria de Atenção Primária e a implementação do Plano Diretor da Atenção Primária de Saúde. Assim, será possível a melhora da qualidade e cobertura do atendimento da população, com o aumento do número de equipes, a implantação do fluxo de acolhimento à demanda espontânea, a programação do cuidado às

gestantes, diabéticos, hipertensos, da saúde da criança, do adulto, da mulher, do idoso e da saúde mental.

As Unidades Básicas de Saúde são a porta de entrada dos pacientes e precisam ser fortalecidas.

Com a melhoria das instalações e ampliação dos horários de atendimento, a população consegue ser atendida preventivamente, acompanhar e tratar doenças antes que sejam agravadas, evitando ainda a sobrecarga das unidades de atendimento de urgência e emergência.

Outro ponto muito importante no atendimento à população é a ampliação do programa federal Estratégia Saúde da Família (ESF).

O ESF está ligado à UBS local e consegue resolver 80% dos problemas de saúde da população. O objetivo do programa é promover a qualidade de vida da população e intervir nos fatores que colocam a saúde em risco, como falta de atividade física, má alimentação, uso de tabaco, dentre outros. Com isso, a maior parte dos problemas de saúde são resolvidos na Atenção Básica, sem a necessidade de intervenção em uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h) ou hospital, já tão sobrecarregados. Caso haja necessidade de cuidado avançado, o programa faz o encaminhamento.

É necessária também a avaliação das portas de urgência e emergência.

Assim, será possível vocacionar o HPS como porta de urgência e emergência referenciada, reduzindo o tempo de espera e melhorando o atendimento à população.

Todos nós que moramos aqui sentimos um aperto no peito quando passamos em frente àquela obra do Hospital Regional, que prometia ser a solução dos problemas da saúde em Juiz de Fora. Tenho me empenhado muito para procurar uma solução para a retomada das obras do hospital e manutenção dele posteriormente. Fiz diversas reuniões, em Juiz de Fora, Belo Horizonte e Brasília, e encaminhei diversos ofícios e requerimentos. Porém, a construção só pode ser retomada após a entrega da prestação de contas da última etapa da obra, no valor de R\$ 34 milhões. Sem essa entrega, há a inviabilização de remessa de recursos, seja através do governo estadual, federal ou por emendas parlamentares. Esse primeiro passo é fundamental para que tenhamos finalmente a conclusão. Por isto, é importantíssima a viabilização e entrega da prestação de contas do Hospital Regional de Juiz de Fora para o governo estadual, garantindo a possibilidade de recebimento de recursos e término das obras.

Após a conclusão das obras, será importante também a utilização do prédio como um centro multidisciplinar.

Neste centro será possível a realização de consultas, exames e cirurgias específicas. Assim, haverá a centralização do atendimento de especialidades em um único local e o município não gastaria recursos com aluguéis em diversos pontos da cidade.

Uma demanda muito grande em Juiz de Fora é a realização de cirurgias eletivas.

Por não serem consideradas urgentes, elas não são agendadas e os pacientes ficam aguardando durante anos a marcação e realização delas. O grande problema é que com a demora da cirurgia que antes era eletiva, ela passa a se tornar cada vez mais urgente e essencial à vida do cidadão. É necessário o empenho na

busca de recursos parlamentares para custear as cirurgias eletivas no município e zerar a fila de espera, realizando também parceria com os hospitais filantrópicos conveniados.

O direito à saúde é garantido constitucionalmente no art. 6º e isso deve incluir também o acesso à saúde mental.

As políticas de Saúde Mental em Minas Gerais são sustentadas nos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e da Reforma Psiquiátrica antimanicomial, através da proposição de uma rede de serviços públicos, em substituição aos hospitais psiquiátricos.

Com essa reforma, os ambulatórios de psiquiatria foram extintos e foram criados os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), com o objetivo de proporcionar um suporte humanizado aos pacientes com transtornos mentais mais graves, com atendimento psiquiátrico e social. O problema é que não foi construída uma estrutura para atender aos pacientes leves e moderados e eles também começaram a ser acompanhados pelos CAPS, que ficaram sobrecarregados e não conseguiram dar suporte aos pacientes com transtorno mental mais graves.

Atualmente, a saúde mental pública em Juiz de Fora conta com o Departamento de Saúde Mental, composto pelo Centro de Atenção à Saúde Mental, CAPS HU, CAPS Álcool e Drogas, CAPS Infância e Juventude, CAPS Casa Viva e CAPS LESTE, sendo todos eles administrados pelo município. Os CAPS são referência na saúde mental e são especializados no tratamento e reinserção social de pessoas com transtorno mental, onde os acolhidos são atendidos por uma equipe multiprofissional, formada por médicos, psicólogos, psiquiatras e assistentes sociais.

É muito importante que a população tenha acesso ao tratamento adequado ao seu transtorno mental, seja ele leve, moderado ou grave. Para isso, é fundamental que haja

melhoria na estrutura dos CAPS de Juiz de Fora, capacitação dos servidores que atuam nessa área e investimento para que mais pessoas sejam atendidas.

A dependência química é um transtorno mental que afeta muitas famílias no Brasil.

Como qualquer outra doença, é essencial que o dependente faça o tratamento. Porém, infelizmente, atualmente não temos equipamentos suficientes para atender essa parcela da população.

Sabemos que a dependência química tem relação com a criminalidade, já que 70% dos homicídios em Minas Gerais são relacionados ao tráfico de drogas e que muitos usuários

realizam furtos para conseguirem financiar o próprio vício, por exemplo.

Infelizmente, existe também uma grande ligação entre a dependência química e as pessoas em situação de rua.

Muitos dependentes químicos são expulsos de casa e passam a viver nas ruas, enquanto que muitas pessoas nessa situação tornam-se dependentes químicas em virtude de todas as dificuldades enfrentadas por eles nessa nova realidade. Em ambos os casos, é necessário o tratamento e reinserção dessas pessoas na sociedade. **Sendo assim, é de suma importância a realização de parcerias para viabilizar o tratamento dos dependentes químicos no município.**

PROPOSTAS

 **Informatização da saúde, com a criação de um prontuário eletrônico unificado dos pacientes;**

 **Garantia de tratamento de saúde mental adequado, com a melhoria na estrutura dos CAPS, capacitação dos servidores que atuam nessa área e investimento para que mais pessoas sejam atendidas;**

 **Melhoria das instalações das Unidades Básicas de Saúde de referência no município, bem como ampliação dos horários de atendimento;**

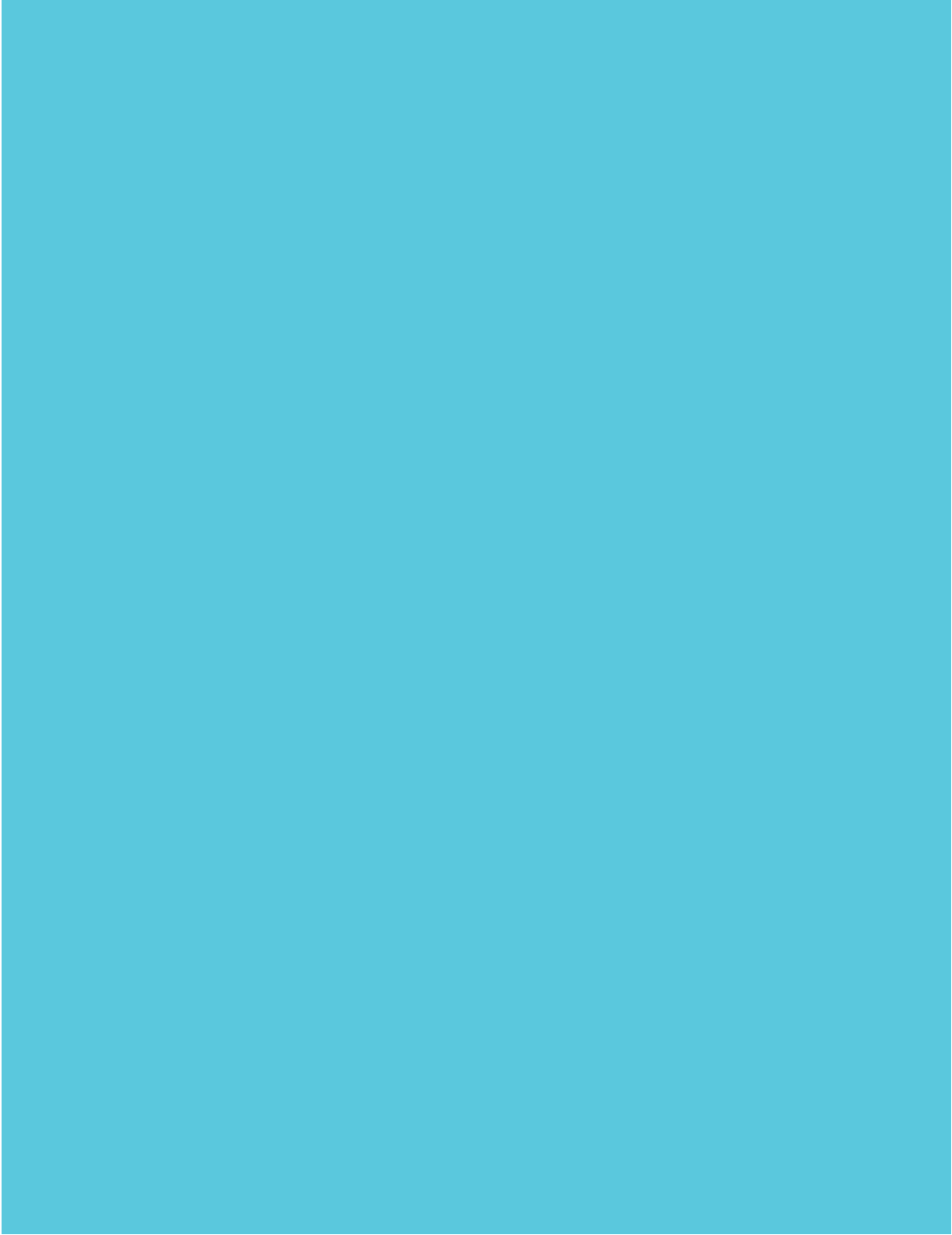
 **Avaliação das portas de urgência e emergência, vocacionando o HPS como porta de urgência e emergência referenciada;**

 **Viabilização da prestação de contas do Hospital Regional de Juiz de Fora para recebimento de recursos e término das obras, com posterior utilização do prédio como um centro de especialidades no município;**

 **Busca de recursos parlamentares para custear as cirurgias eletivas no município e zerar a fila de espera;**

 **Ampliação e incentivo ao Programa Estratégia Saúde da Família (ESF);**

 **Realização de parcerias para viabilizar o tratamento e reinserção dos dependentes químicos na sociedade.**



SEGURANÇA PÚBLICA

Atuei durante 19 anos na segurança pública, sendo os últimos 14 como Delegada de Polícia.

Tive diversas experiências que me marcaram por toda a vida: trabalhei em inquéritos relacionados às drogas, à violência contra a mulher, pedofilia... crimes que sempre me chocam e me entristecem e ao mesmo tempo me dão vontade de fazer parte da mudança que a nossa sociedade precisa. Percebo a **necessidade de aprimoramento da segurança pública em Juiz de Fora e de ações preventivas** à ocorrência desses crimes.

A segurança pública é um dever extremamente importante do Estado, através da polícia federal; polícia rodoviária federal; polícia ferroviária federal; polícias civis; polícias militares e corpos de bombeiros militares, mas é também uma responsabilidade de todos nós, cidadãos. Sem segurança, não conseguimos desempenhar bem nossas funções e atividades. E, infelizmente, nos últimos anos, o juiz-forano vem se sentindo desprotegido, inseguro.

Tanto na minha atuação como delegada quanto vereadora e deputada percebi que a segurança pública ainda vem em segundo plano. Acredito que isso precisa mudar e as nossas ações de hoje refletirão no futuro. Por isso, precisamos começar agora, para tornar nossa cidade mais segura e para que as famílias tenham uma melhor qualidade de vida.

Como Delegada de Polícia, sempre gostei de trabalhar de forma integrada e isso me fez enxergar as demandas que afetavam o trabalho das instituições envolvidas na segurança.

Aprimorar o Fundo Municipal de Segurança Pública será um ponto muito importante para a melhoria da segurança no município.

Ele proporcionará amparo financeiro a programas, convênios, termos de cooperação, contratos e ações de segurança pública e de combate à violência e possibilitará a criação de programas de prevenção e integrado às políticas sociais como educação, assistência social e saúde.

A criação do Gabinete Interinstitucional das Forças de Segurança (GIFORSEG) será primordial para dar uma resposta aos alarmantes índices de criminalidade em que estamos imersos.

Através da articulação e planejamento entre os responsáveis pela segurança pública municipal será possível garantir a segurança dos juiz-foranos. Isso porque, apesar de termos em nosso município a presença de todas as forças de segurança pública dos entes de nossa federação, seus programas e ações de combate à criminalidade não são interligados. Atuação conjunta, integrada e efetiva com a Guarda Municipal, polícias civil, militar e federal nas diversas áreas.

Para que isto possa ocorrer, Juiz de Fora precisa que a Guarda Municipal seja fortalecida. Com investimento em tecnologia, equipamentos modernos e eficientes e capacitação contribuirão para que atuem ainda melhor.

A Guarda Municipal é uma corporação que tem como atribuições a garantia da proteção, vigilância e segurança de cidadãos, servidores e autoridades públicas, bens, serviços, instalações públicas municipais e o meio ambiente; o apoio às ações de segurança pública, em conjunto com os demais órgãos que integram o sistema de defesa social e a prestação de assistência e socorro à população, em caso de sinistro, em parceria com o Corpo de Bombeiros Militar e Defesa Civil. Ela é muito importante na preservação da ordem

pública e social do município e este ano, por preencher todos os pré-requisitos necessários, a Guarda Municipal de Juiz de Fora foi uma das 38 cidades brasileiras consideradas habilitadas pelo Ministério da Justiça a firmar convênios com o Governo Federal e demais órgãos do setor, passando também a ter condições de pleitear financiamento para projetos na área de segurança.

O Programa Olho Vivo, sistema municipal de monitoramento por vídeo, foi implantado em Juiz de Fora em 2014, através de um convênio assinado entre a Prefeitura e a Polícia Militar. Foram instaladas 54 câmeras na cidade de Juiz de Fora, distribuídas nos bairros Manoel Honório, Santa Luzia, Alto dos Passos, Bom Pastor, São Mateus, Benfica, Santa Cruz, São Pedro e na região central da cidade. A Polícia Militar e alguns servidores civis trabalham na Central de Monitoramento, observando as regiões da cidade e, quando percebem algo de errado, como o cometimento de um crime, já acionam a Polícia Militar para atender a população. A responsabilidade de arcar com os custos de manutenção dos equipamentos era da Prefeitura de Juiz de Fora. Porém, há muitos anos percebemos problemas com o funcionamento das câmeras por falta de manutenção. Os equipamentos instalados tinham o objetivo de ser uma ferramenta para colaborar no enfrentamento aos crimes, principalmente os contra o patrimônio, como roubos e furtos, por inibir a ação dos criminosos e por contribuir na identificação do autor durante a investigação policial, caso o crime ocorra.

Infelizmente, com a inoperância das câmeras, a ação preventiva passou a não ocorrer, já que os criminosos já sabem sobre o não funcionamento da câmera, e a ação repressiva também não, pois quando o crime ocorre a Polícia Civil não tem acesso às imagens que seriam registradas pelas câmeras, dificultando a identificação do autor e conclusão das investigações.

Em julho deste ano houve o encerramento do contrato da empresa responsável pelo monitoramento das câmeras Olho Vivo em Juiz de Fora e, até 14 de setembro, ainda não havia sido finalizado o processo de licitação para contratação de uma nova empresa.

É válido ressaltar que o Olho Vivo é um grande aliado no combate à criminalidade.

Percebemos, no entanto, que não houve uma boa gestão e que a falta de manutenção acarretou em muitos prejuízos para a população de Juiz de Fora.

O Programa Olho Vivo precisa ser retomado, com manutenção regular. São necessários estudos para ampliação do projeto para as áreas não assistidas no município, seja através de recursos públicos ou de parcerias público-privadas.

Outro ponto essencial para inibição da criminalidade é a melhoria da iluminação pública na cidade.

As lâmpadas de LED já têm sido instaladas em diversas cidades do Brasil por terem vários benefícios: consomem menos energia elétrica, tem uma durabilidade maior que as lâmpadas comuns, além de iluminar muito mais. Desta forma, percebemos que além da economia de recursos públicos, ainda há a possibilidade de redução de crimes devido à melhoria da iluminação.

Uma necessidade em Juiz de Fora é a criação do plantão 24 horas na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher.

De acordo com a Polícia Civil de Minas Gerais, entre 2017 e 2019, a 4ª RISP (Juiz de Fora) encontra-se em terceiro lugar no quantitativo de vítimas de violência doméstica e familiar contra mulher no estado de Minas Gerais, estando atrás apenas de Belo Horizonte e Contagem.

Será muito importante também a realização de parcerias para viabilizar a implantação do “Botão do Pânico” em Juiz de Fora.

Esse dispositivo de segurança preventivo é distribuído às mulheres que estão sob medida

protetiva em virtude de violência doméstica e pode ser acionado caso o agressor não mantenha a distância mínima garantida pela Lei Maria da Penha. Caso o “Botão do Pânico” seja apertado, a Polícia Militar é acionada e comparece ao local para realizar a ocorrência de descumprimento de medida protetiva.

Seguindo a orientação da Câmara Municipal de Juiz de Fora, que encaminhou ao Poder Executivo um relatório da CPI das Gangues com orientações a serem tomadas no tocante ao **combate à criminalidade entre os jovens, a criação do Pacto Juiz de Fora pela Paz será fundamental**, através da construção de um projeto pelas Secretarias Municipais, Secretarias Estaduais, Polícias Civil, Federal, Militar e Rodoviária Federal, Ministério Público, Defensoria Pública, Poder Judiciário, Diretores do Sistema Prisional, Câmara Municipal e representantes da sociedade civil, com o objetivo de ser executado na prevenção e

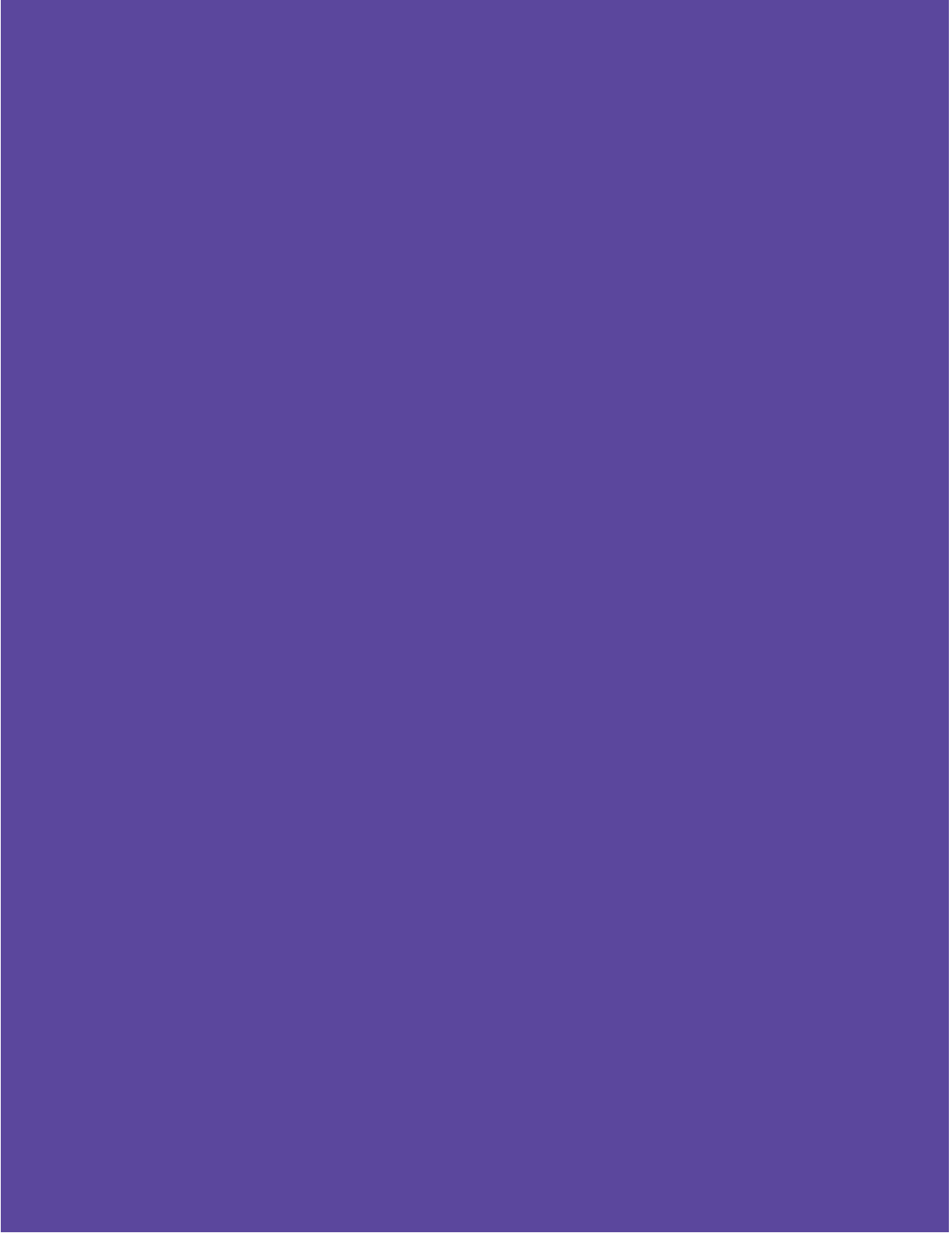
repressão, visando a redução da violência e a promoção da paz, principalmente entre os jovens.

Em parceria com a Universidade Federal de Juiz de Fora será possível desenvolver o **projeto de mapeamento das áreas de risco em Juiz de Fora e implantar o Programa “Cidades Resilientes”**, com estratégias mundiais para diminuição de riscos de desastres. **A criação de Núcleos de Prevenção e Defesa Civil em diversas regiões da cidade** será muito importante nesse processo de prevenir deslizamentos e desabamentos no município.

Infelizmente, a criminalidade aumentou no município e impactou também nos distritos e comunidades rurais que ficam distantes da Companhia de Polícia Militar. Sendo assim, **é muito importante lutar por maiores investimentos na segurança da Zona Rural, através da Patrulha Rural.**

PROPOSTAS

-  **Aprimoramento do Fundo Municipal de Segurança, possibilitando também o fomento aos programas de prevenção integrados às políticas sociais como educação, assistência social e saúde;**
-  **Realização de parcerias para viabilizar a implantação do Botão do Pânico em Juiz de Fora;**
-  **Fortalecimento da Guarda Municipal, com investimento em equipamentos e tecnologia modernos e eficientes e capacitação para atuarem ainda melhor;**
-  **Criação do Pacto Juiz de Fora pela Paz;**
-  **Instalação de lâmpadas de LED na cidade, contribuindo para a melhoria da iluminação pública e trazendo maior segurança para a cidade;**
-  **Implantação do Plantão 24 Horas na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher em Juiz de Fora;**
-  **Criação do Gabinete Interinstitucional das Forças de Segurança (GIFORSEG), para atuação conjunta, integrada e efetiva das Forças de Segurança em Juiz de Fora;**
-  **Retomada do Programa Olho Vivo e ampliação para áreas não assistidas no município;**
-  **Desenvolvimento do projeto de mapeamento das áreas de risco em Juiz de Fora, em parceria com a UFJF, implantação do Programa “Cidades Resilientes” e criação de Núcleos de Prevenção e Defesa Civil em diversas regiões da cidade;**
-  **Busca por mais investimentos na Patrulha Rural.**



MOBILIDADE URBANA

Mobilidade Urbana é planejamento.

Para isso, é necessário traçar estratégias e metas para se alcançar o resultado desejado: uma cidade integrada, inclusiva e sustentável. Em 2016, foi publicado o Plano de Mobilidade Urbana de Juiz de Fora. Porém, ele não foi plenamente implementado e precisa ser.

Em junho de 2020, o Denatran apontou que a frota registrada na cidade representa numericamente quase metade da população juiz-forana. Só no primeiro semestre foi registrado um aumento de 0,9%. Isso evidencia a necessidade de se pensar melhor o tráfego e trânsito.

Buracos nas vias não podem ser o nosso cotidiano.

Acidentes frequentes que colocam em risco a vida e integridade física de motoristas, passageiros e pedestres, além dos prejuízos financeiros com os danos decorrentes precisam ter um basta, sobretudo quando a causa é a ingerência pública.

Com as chuvas, a situação se agrava e os buracos que antes eram pequenos, começam a se transformar em crateras.

A falta de comunicação e integração entre as Secretarias de Obras e Cesama fazem com que haja ainda mais demora em tapar buracos oriundos das obras. Além disto, nem sempre o trânsito é remanejado de forma eficiente, prejudicando ainda mais os cidadãos.

Apesar do IPVA não ser obrigatoriamente vinculado às melhorias das vias e operação tapa-buracos, parte do que é arrecadado pelo município deveria ser destinado para essas finalidades.

A melhoria da prestação de transporte individual de passageiros ao consumidor passa pela desoneração de encargos dos serviços de táxis e pela regulamentação justa do transporte por aplicativo, já amplamente debatida e validada pelo poder público em consonância com motoristas de aplicativos e representantes. Isso tudo precisa ter um único objetivo: promover maior competitividade, beneficiando sobretudo, os consumidores finais.

A criação de um aplicativo de mobilidade facilitará o trânsito dentro da cidade.

Aqueles que utilizam o transporte público poderão acompanhar em tempo real a localização dos ônibus, saber quanto tempo falta para ele chegar, a previsão até o destino final, recarregar o cartão de transporte, opinar sobre melhorias, e outras funcionalidades. Para os motoristas de

carros e motos, o aplicativo possibilitará que o usuário seja informado anteriormente sobre obras e intervenções viárias, já indicando um caminho alternativo. Além disso será possível pagar Área Azul, fazer reclamações e outras aplicabilidades.

O tráfego de Juiz de Fora também precisa ser repensado. A sincronização inteligente dos semáforos promoverá um trânsito com melhor fluidez, evitando acidentes.

A construção de uma ciclovia às margens do Rio Paraibuna e a criação de ciclorrotas em diversas regiões da cidade são desejos antigos do juiz-forano.

Uma boa relação com Ministério da Infraestrutura do Governo Federal, que vem realizando obras estruturais em todo país, e com parcerias público-privadas para que

bicicletas compartilhadas sejam instaladas, deixam esse sonho mais palpável; assim, mais pessoas poderão desfrutar da ciclovia e praticar exercícios físicos, diminuindo também o fluxo de veículos.

A elaboração de um plano para tornar as calçadas do município acessíveis às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida será essencial para que Juiz de Fora se torne de fato inclusiva. Além disso, é importante a instalação de sinalização sonora em semáforos em vias públicas de grande circulação para auxiliar os pedestres que possuem alguma deficiência.

A implementação de projetos e campanhas que visam educar sobre o trânsito, facilitar a mobilidade dos pedestres e garantir acessibilidade são de extrema importância para o município. Exemplos disso são os projetos Pé na Faixa, Monitor de Travessia e Transitolândia, que conseguem tornar a cidade mais segura e reduzir acidentes de trânsito.

PROPOSTAS



Implantação definitiva do PlanMob-JF;



Criação de um Aplicativo Integrado de Mobilidade;



Melhoria das vias públicas;



Criação de uma Política de acessibilidade em Juiz de Fora, com a implantação de Sinais Sonoros, mais rampas de acesso, sinalização adequada com leitura em braille e elaboração de plano para que as calçadas se tornem acessíveis às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida;



Construção de uma ciclovia às margens da Avenida Brasil e criação de ciclorrotas em várias regiões da cidade;



Planejamento e reestruturação do trânsito, com a criação de rotas alternativas de trânsito, para tentar diminuir o fluxo de veículos em certas vias da cidade em horário de pico;



Implementação de programas para educar motoristas, motociclistas e pedestres e reduzir acidentes de trânsito.

TRANSPORTE PÚBLICO

Atualmente, o transporte público de Juiz de Fora deixa muito a desejar.

A frota tem muitos veículos antigos; quebram com frequência; as peças dos coletivos estão em mal estado de conservação ou degradados; muitas vezes a conexão da internet não funciona; a quantidade de veículos rodando é menor do que o previsto em contrato; os ônibus estão constantemente lotados e, conseqüentemente, os usuários estão insatisfeitos.

É necessário que seja feito um novo processo licitatório no transporte público de Juiz de Fora.

Da forma como o serviço é prestado hoje, não são observadas diversas condições e garantias previstas no contrato entre a Prefeitura e as concessionárias de transporte público, como a eficiência, a segurança e a modicidade das tarifas.

De acordo com a Constituição Federal, a administração pública deve obedecer aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Uma forma de garantir que esses princípios sejam cumpridos é a realização do processo de licitação pública.

Anteriormente à realização do processo licitatório, o sistema de transporte público funcionava com seis empresas, denominadas “exploradoras”, sendo que cada uma delas tinha um sistema de cores, que faziam menção aos bairros atendidos. Como já existia no município uma tarifa única, as próprias empresas que prestavam o serviço faziam a compensação tarifária, definindo estratégias de cálculos necessários para que as empresas tivessem a mesma rentabilidade.

Em 2015 foi iniciado um processo licitatório do transporte público de Juiz de Fora, com o objetivo de selecionar empresas ou consórcios

para prestar o serviço de transporte coletivo de passageiros por ônibus e veículos de pequeno porte adaptados para pessoas com deficiência física. Em abril de 2016, foi publicado o resultado, sendo que os Consórcios Via JF, formado pelas empresas Transporte Urbano São Miguel de Uberlândia, Auto Nossa Senhora Aparecida Ltda e Viação São Francisco Ltda, e Manchester de Transporte Coletivo, formado pelas empresas Transporte Urbano São Miguel Ltda (Tusmil) e Goretti e Irmãos Ltda (Gil) venceram a licitação e obtiveram a concessão mediante contrato, a partir de 01/09/2016, pelo período de dez anos, com possibilidade de prorrogação por mais dez anos.

Foram assinados contratos entre a Prefeitura de Juiz de Fora e os Consórcios Via JF e Manchester de Transporte Coletivo, que dispõe sobre diversos direitos e deveres de ambas as partes, que não vêm sendo cumpridos em sua integralidade.

A Prefeitura de Juiz de Fora tem o dever de fiscalizar o cumprimento das obrigações por parte das concessionárias, porém não o tem feito como deveria.

Em virtude disto, as concessionárias descumprem diversas obrigações previstas no contrato e no edital de licitação, como a padronização da pintura, a falta de assentos e encostos acolchoados, a utilização de pneus no limite da vida útil ou pneus remoldados no eixo dianteiro, que é proibido pela legislação, colocando a vida dos passageiros em risco. Em consequência disto, é frequente a ocorrência de acidentes de trânsito e quebra dos veículos, e a população fica prejudicada com o atraso dos ônibus. A Câmara Municipal de Juiz de Fora instaurou a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Ônibus que escancarou as vísceras de uma concessão ineficiente, controversa e cheia de irregularidades. O relatório, contendo diversas denúncias que poderiam ocasionar o fim do contrato e a realização de uma nova licitação, foi encaminhado para os órgãos responsáveis para as providências cabíveis.

É importante destacar que, conforme cláusula 53 do contrato, é responsabilidade da Prefeitura de Juiz de Fora “coibir o transporte irregular ou clandestino”, porém, o que se observa é que na ocorrência da greve dos rodoviários em julho e agosto deste ano, a Prefeitura decretou autorização às vans para o transporte de passageiros, não tendo sido feito nenhum tipo de fiscalização em relação às condições dos veículos utilizados, dos valores cobrados, dos motoristas das vans, e nenhum controle sobre quais linhas foram atendidas neste período, demonstrando grande irresponsabilidade em relação aos usuários do transporte público. Além disto, houve a descontinuidade do transporte público, que é um serviço público considerado essencial e prejudicou muitos trabalhadores. Ressalta-se que as greves ocorreram em virtude do descumprimento por parte das concessionárias no pagamento dos rodoviários.

Na mesma cláusula citada acima é atribuída à PJF a responsabilidade de “conhecer, através de pesquisas de opinião, as expectativas, as necessidades, a avaliação, o nível de satisfação e a imagem que os usuários e a população têm em relação aos serviços ofertados”, mas nunca houve em Juiz de Fora nenhuma pesquisa de opinião relativa ao serviço prestado pelas concessionárias.

Destaca-se ainda que as concessionárias de transporte público de Juiz de Fora foram beneficiadas com o decreto que prevê a redução do ICMS sobre o valor do óleo diesel, porém não cumpriram as condições de redução ou compensação da tarifa e tiveram o Regime Especial de Tributação cassado.

Diante do exposto, considerando todas as falhas na prestação do serviço de transporte público em Juiz de Fora, o descumprimento de cláusulas contratuais, do edital de concorrência e de leis federais por parte das concessionárias e o não atendimento da população juiz-forana de forma eficiente, **é necessária a realização de um novo processo licitatório e o nosso plano prevê isso.**

Atualmente, o transporte público em Juiz de Fora já utiliza o sistema de bilhetagem eletrônica (validadores), que automatiza o pagamento

das passagens no sistema de transporte público utilizando créditos eletrônicos. Para conhecer melhor o usuário, é preciso que sejam disponibilizadas informações sobre ele ao Poder Público melhorando, assim, a prestação do serviço público.

De acordo com o relatório da CPI dos Ônibus apenas 25,36% dos pontos de ônibus de Juiz de Fora possuem proteção contra intempéries. Uma solução para esse problema é a “adoção” dos pontos de ônibus por empresas, de modo que elas sejam responsáveis pela manutenção e conservação do espaço, garantindo proteção contra o vento, a chuva, o sol e trazendo melhoria para os abrigos de ônibus da cidade, possibilitando a promoção publicitária no espaço, observando todas as exigências municipais para que não ocorra poluição visual. Além disso, nos pontos de maior circulação, implantar painéis eletrônicos que, além de promover a previsão de chegada dos ônibus, poderão se tornar espaços publicitários, gerando receita para o município.

Através de parcerias público-privadas é possível que sejam instalados wifi em pontos de ônibus em áreas de grande circulação de pessoas, para que os usuários consigam utilizar o aplicativo e navegar na internet enquanto aguardam o ônibus chegar. A longo prazo, podem ser incluídas soluções inteligentes para facilitar a vida do usuário, como a possibilidade de recarga de celular e a implantação de um sistema de energia solar em alguns pontos de ônibus promovendo sustentabilidade.

A criação de linhas diametrais, isto é, linhas que fazem ligação entre duas regiões, passando pela região central da cidade, poderá otimizar muito o sistema de transporte público e integrar regiões distantes, através de uma tarifa única. Com a criação destas linhas diametrais também é possível que haja a redução do valor da tarifa, tendo em vista que, com essas adequações, haverá economia de combustível e de tempo.

Em parceria com as áreas de Desenvolvimento Social, Educação e Esporte, é possível que seja criado o Projeto Família na Copa, com o objetivo de fomentar o esporte e integrar

a família dos atletas de futebol amador que disputam a Copa Prefeitura Bahamas. O evento de futebol amador é tradicional em Juiz de Fora, acontece aos sábados e domingos e participam diretamente dele cerca de 6900 atletas em dez categorias (Dente-de-leite, Mirim, Infantil, Juvenil, Adulta, Veterana, Master, Super Master, Sênior e Zona Rural).

No Projeto Família na Copa, todos os inscritos na Copa Prefeitura Bahamas terão direito a um cartão meia passagem, que possibilitará o pagamento de metade da tarifa por parte dos atletas e poderá ser utilizado nos dias de jogos, desde que estejam em companhia de um adulto pagante.

Em parceria com as áreas de Lazer e Desenvolvimento Social, é possível a implantação do Projeto Idoso na Ativa, sendo criados eventos direcionados aos idosos, realizados nos entre picos dos dias úteis e aos finais de semana. Como os idosos têm direito à gratuidade da passagem de ônibus, eles serão levados aos eventos pelo transporte público, em horários não lotados. Os eventos, além de relacionados ao lazer, também podem ser destinados à realização de campanhas de prevenção, palestras, etc.

Também é preciso que as frotas que atendem à Zona Rural sejam vistoriadas com maior frequência devido a maior distância percorrida.

Dados da Câmara Municipal de Juiz de Fora, informam que apenas 0,87% do total dos pontos de ônibus do município possuem rampa de acessibilidade, dificultando muito a locomoção de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

São observados ainda que existem muitas reclamações em relação aos elevadores dos ônibus, que funcionam de maneira precária e que as calçadas não são compatíveis com a altura que o elevador do ônibus alcança.

É preciso pensar na prestação de serviço público com políticas de inclusão social no município.

Isso só é possível garantindo melhores condições de acessibilidade às pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida no transporte público de Juiz de Fora.

PROPOSTAS



Realização de um novo processo licitatório no transporte público de Juiz de Fora para garantir a melhoria da prestação do serviço público;



Elaboração de um programa de recuperação dos pontos de ônibus;



Aumento da fiscalização da frota de ônibus, principalmente às que atendem à Zona Rural;



Criação do Projeto Família na Copa;



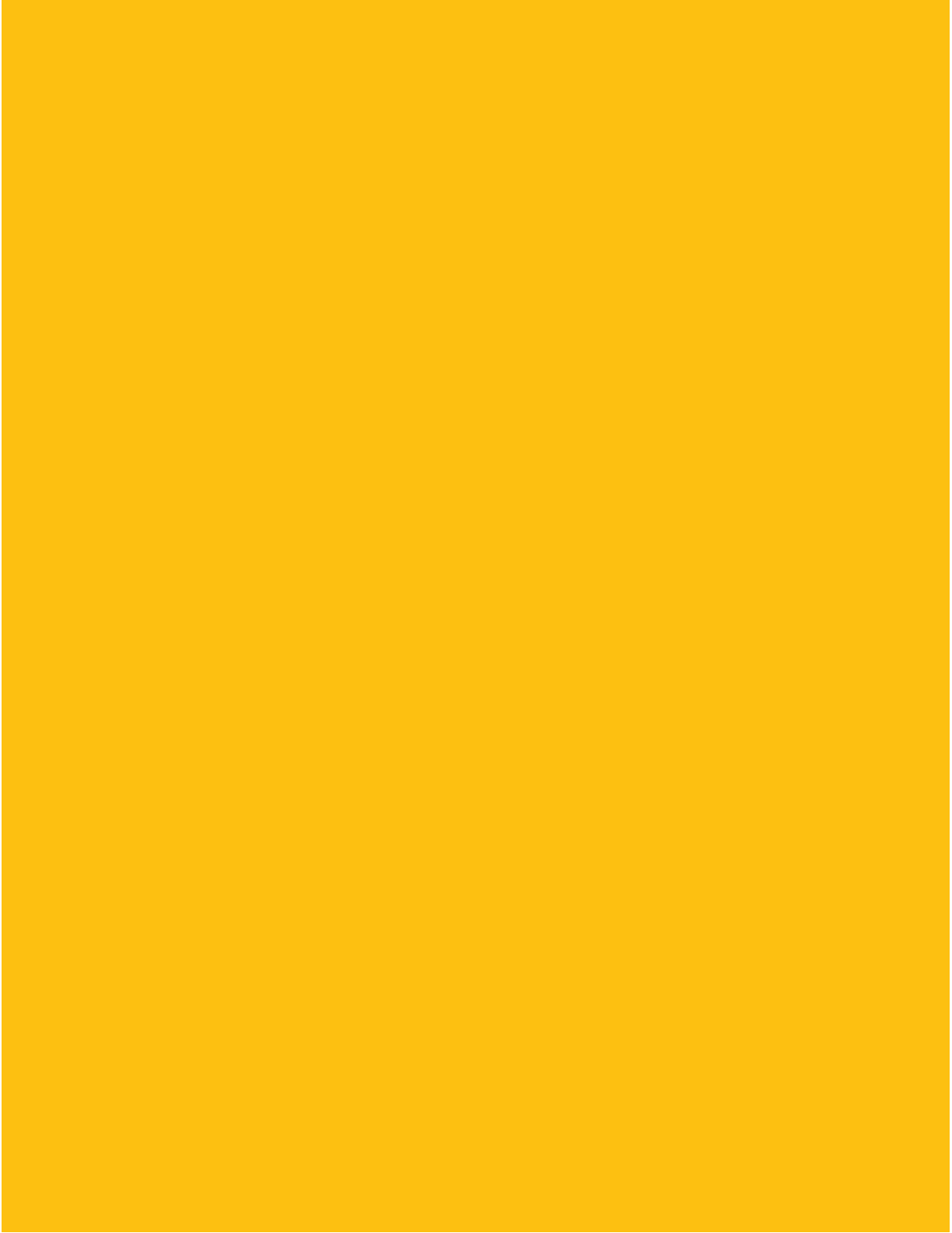
Implementação de um sistema de transporte público inteligente, que conheça as demandas dos seus usuários, os atendendo melhor, integrando as regiões da cidade e chegando mais próximo das residências localizadas em comunidades de difícil acesso (através do transporte alternativo);



Implantação do Projeto Idoso na Ativa;



Melhoria da acessibilidade no transporte público municipal.



INFRAESTRUTURA URBANA

A infraestrutura urbana é, infelizmente, muitas vezes deixada de lado na hora de discutir a cidade.

Mas ela não pode nunca ser negligenciada. É ela que norteia o bom funcionamento das cidades e o bem estar de sua população.

Todos nós queremos viver confortavelmente em um município que ofereça boas condições de infraestrutura e entregue ao cidadão o que se espera de uma boa gestão: ruas asfaltadas, energia elétrica que chegue a todos os bairros e distritos, postes iluminados, dragagem de rios, canalização de esgoto, água potável e sem cortes em todas as residências, entre outras redes básicas, tão necessárias para nossas vidas.

Hoje, quem trafega pelas ruas de Juiz de Fora percebe o descaso em relação ao recapeamento asfáltico e também sobre os impactos gerados por um crescimento urbano desordenado e algumas vezes irresponsável. Nosso sistema viário está próximo de chegar a um colapso. Nunca tivemos ruas tão esburacadas. E isso só tende a piorar com as chuvas de verão. Nosso plano apresenta propostas sérias, responsáveis e viáveis quanto a esse problema que nos afeta há tanto tempo.

Pouca coisa incomoda mais que ver a cidade que tanto amamos suja e abandonada.

E isso é muito simples de se resolver! Basta ampliar e melhorar a qualidade da gestão e gerenciamento dos serviços de varrição, capina e limpeza das ruas, bairros e praças para que as famílias possam usufruir mais do espaço urbano. Se uma lâmpada queima na nossa casa, ninguém espera meses para comprar uma nova. Nem é necessária tanta burocracia e descaso para resolver algo que é tão simples.

A Prefeitura de Juiz de Fora não precisa ser tão morosa e complicada. O plano tem o compromisso de começar a arrumar a casa. Com simplicidade e eficiência.

Nosso município precisa também estar aberto às evoluções legislativas. É o caso dos avanços propostos em âmbito federal, como o novo marco do saneamento básico, que foi aprovado e prevê parcerias público-privadas para desburocratizar o setor e estimular a universalização do serviço de saneamento. Para se ter uma ideia, atualmente 93% do esgoto de Juiz de Fora é coletado, mas apenas 7% é de fato tratado. Isso é uma tragédia para uma cidade com nosso porte e história.

Por causa do nosso relevo e da forma como a cidade foi se espalhando de forma desordenada, em toda época de chuvas vivemos o drama de enchentes e deslizamentos, com inúmeras perdas materiais e, pior ainda, mortes de cidadãos. Obras de contenção de encostas e amortecimento de cheias são caras. E, por isso, vivem sempre sendo empurradas para debaixo do tapete. Elas só sairão do papel com bom relacionamento com os governos estadual e federal. Com trabalho em busca de recursos. **Isso será possível com a inclusão de Juiz de Fora no catálogo de Obras do Governo de Minas e com articulação junto à União.**

A regularização fundiária de imóveis irregulares em no nosso município, desde que não esteja em área de risco ou proteção ambiental, precisa ser agilizada.

São inúmeras famílias que, por não possuírem a documentação adequada, vivem à margem da sociedade, sem nenhuma infraestrutura. É preciso dar dignidade a essas pessoas.

Nosso plano contempla a busca por parcerias privadas e financiamento para a construção de um shopping popular, os famosos “camelódromos”.

Essa iniciativa, que já é sucesso em várias cidades do Brasil, traz desenvolvimento e mais conforto a consumidores e vendedores.

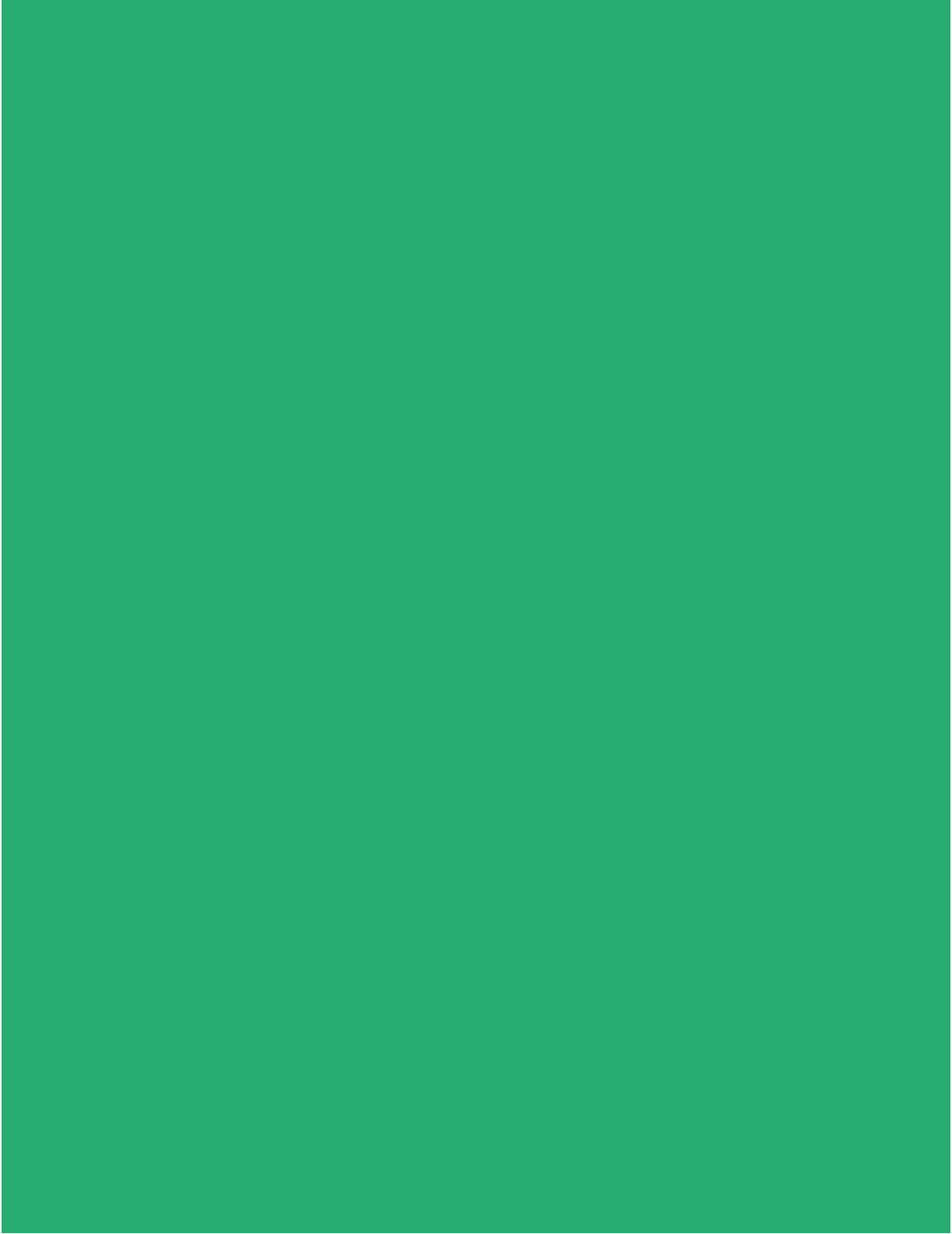
As famílias juiz-foranas não podem seguir tendo medo de sair de casa e viver a cidade de forma plena. **Ampliação e desburocratização do projeto “Adote uma praça”, para exploração econômica e consequente melhora na infraestrutura, embelezamento**

e segurança de praças e áreas de lazer de JF, vão sair do papel.

Há muito a ser feito. Mas com dedicação, vontade para fazer e criatividade é possível transformar nossa infraestrutura, que se encontra tão precária.

PROPOSTAS

-  Instalação de malha asfáltica de qualidade para evitar, o máximo possível, a realização de tapa buracos;
-  Ênfase na conclusão de obras já iniciadas, como: UAPS de São Benedito, Jóquei II e Nova Benfica; Ginásio Poliesportivo, Museu Mariano Procópio e Viadutos;
-  Inclusão de Juiz de Fora no catálogo de Obras do Governo de Minas;
-  Continuidade nas obras de contenção de encostas em áreas de risco;
-  Substituição da iluminação pública para sistemas LED;
-  Ampliação e melhoria da qualidade da gestão e gerenciamento dos serviços de varrição, capina e limpeza das ruas, bairros e praças;
-  Busca de parcerias para minimizar os impactos causados pela linha férrea;
-  Desenvolvimento de estudos para criação de zonas de amortecimento de cheias causadas por chuvas intensas e captação de recursos para o Plano Diretor de Drenagem;
-  Limpeza constante das bocas de lobo em bairros que sofrem, por sua geografia, com as fortes chuvas;
-  Regularização fundiária de casas e terrenos urbanos;
-  Criação de uma política municipal de revitalização do Centro, tanto em relação ao patrimônio histórico como em relação à vida noturna no local;
-  Incentivo e reestruturação da atividade aeroportuária local (Serrinha e Zona da Mata);
-  Desenvolvimento e manutenção de uma boa infraestrutura para locomoção de pedestres e pessoas com deficiência, com calçadas e travessias adequadas;
-  Ampliação do sistema de abastecimento de água potável, bem como coleta e tratamento de esgoto, conforme prevê o Novo Marco Legal de Saneamento;
-  Busca por parcerias privadas e financiamento para a construção de um shopping popular, para trazer dignidade aos vendedores ambulantes e consumidores e desenvolvimento econômico para o município;
-  Busca por parcerias privadas e financiamento para a construção de um shopping popular, para desenvolvimento econômico e trazer dignidade aos vendedores ambulantes e consumidores;
-  Desburocratização e ampliação do projeto “Adote uma praça”, para exploração econômica e consequente melhora na infraestrutura, embelezamento e segurança do local.



CIDADANIA

A liberdade é um dos pilares de Minas Gerais e também do nosso plano para reerguer Juiz de Fora.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos assegura que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos.

Exercer cidadania é entender que a menor minoria é o indivíduo e cada pessoa merece ser respeitada, independente de raça, cor, sexo, orientação sexual,

língua, religião, opinião política, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição. Todos os indivíduos são dotados de responsabilidades e também de direitos.

Nós temos um plano democrático, abrangente e não excludente.

Ao invés de dividir, ele soma e está em busca da convergência de ideias. Precisamos construir elos, não rupturas.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Entendemos que toda individualidade precisa ser respeitada e que políticas públicas devem ser promovidas para amenizar as lacunas sociais que ainda existem.

Temos propostas claras e objetivas para os que se encontram em vulnerabilidade ou com algum nível de limitação.

Queremos incluir as pessoas para que elas possam viver a cidade com dignidade, independente de idade, sexo, raça e orientação sexual.

PROPOSTAS



Reavaliação e implementação dos Planos Municipais Decenais da Juventude, Mulher, Integrado sobre o crack, álcool e outras drogas e Assistência Social;



Fortalecimento das ações da Casa da Mulher, através do oferecimento de capacitação profissional às vítimas de violência doméstica e sua reinserção no mercado de trabalho, contribuindo para sua autonomia financeira;



Valorização e reconhecimento da contribuição econômica das mulheres por meio da assistência técnica, do fomento ao empreendedorismo, associativismo e cooperativismo, especialmente através do fortalecimento das redes de mulheres na economia solidária;



Parceria com o Sine, o Sebrae e a iniciativa privada para realização da Feira do Emprego, com o objetivo de disponibilizar vagas de estágios e empregos, elaborar currículos, dar orientações e capacitação aos interessados;



Reestruturação do Plano Municipal de Políticas sobre Drogas com a articulação dos eixos prevenção, recuperação, repressão e reinserção social;



Dinamização da Comissão Permanente de Acessibilidade;



Ampliação de parcerias com entidades públicas e privadas para realização de cursos gratuitos e profissionalizantes para os jovens;



Realização de parcerias com comunidades terapêuticas para abertura de vagas nesses espaços, principalmente para mulheres e adolescentes;



Melhoria da infraestrutura dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças, adolescentes, jovens e idosos nos vazios socioassistenciais, com garantia de acesso aos serviços já existentes;



Estímulo à qualificação profissional para adolescentes, jovens e adultos em vulnerabilidade social, sem distinção de raça, cor, sexo ou orientação sexual;



Articulação com empresas e instituições da cidade para inserção profissional através de programas de estágio ou de apoio ao empreendedorismo juvenil;



Criação de Casa abrigo para mulheres e seus dependentes em situação de risco iminente;



Criação de Centros dia para ampliar o atendimento ao público idoso, assim como a criação de instituições de longa permanência para idosos sob gestão governamental;



Fortalecimento dos grupos de convivência para a terceira idade;



Criação do Censo Inclusão, com identificação do perfil socioeconômico das pessoas com deficiência;

- ✓ Atuação em conjunto com SEBRAE, SINE, SESI, SENAI e SENAC para a criação de programas para capacitação e requalificação profissional dos idosos da população juizforana;
- ✓ Realização de campanhas para reduzir o preconceito em relação à idade nos ambientes profissionais, desde o processo de contratação;
- ✓ Criação de programas junto à iniciativa privada para propagar a diversidade geracional, como incentivar empresas a criarem vagas de estágio para contratar pessoas acima de 50 anos;
- ✓ Diálogo constante com os conselheiros tutelares;
- ✓ Ampliação do Projeto Bem Casados - casamento comunitário;
- ✓ Elaboração e implantação de um Plano Municipal de Acessibilidade, com o objetivo de tornar Juiz de Fora uma cidade inclusiva;
- ✓ Eliminação de barreiras atitudinais, arquitetônicas, de comunicação e informação, através da adequação dos transportes, prédios públicos, privados e logradouros;
- ✓ Ampliação da participação das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, mediante capacitação e qualificação profissional;
- ✓ Aumento do número de Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas - CAPS AD;
- ✓ Criação de uma plataforma de vagas gratuitas às pessoas acima de 50 anos, com informações sobre as vagas de trabalho disponíveis focado na recolocação profissional e nas faixas etárias mais elevadas;
- ✓ Proposição de projeto de lei sobre incentivos fiscais a empresas que contratem empregados acima de 60 anos e sobre redução de impostos e taxas aos idosos que trabalhem como autônomos;
- ✓ Criação do Fórum Permanente dos Conselhos Municipais e Conselhos Regionais locais e ampliação de sua interação com conselhos estaduais e federais;
- ✓ Criação de Centros dia para ampliar o atendimento ao público idoso, assim como a criação de instituições de longa permanência para idosos sob gestão governamental;
- ✓ Busca de melhorias na estrutura dos Conselhos Tutelares do município;
- ✓ Criação do serviço de funerária municipal;
- ✓ Ampliação de atendimento nos restaurantes populares, realizando, assim que possível, a construção de outras duas unidades.
- ✓ Desenvolvimento de um Plano Municipal de Políticas Intersetoriais para a população em situação de rua, através do mapeamento deles e verificação de suas necessidades e demandas;
- ✓ Utilização dos Consultórios de Rua para as ações de abordagem e encaminhamento.

CULTURA

Viver a cidade é promover encontros e nada melhor do que a cultura para construir esses elos.

Nossas propostas passam pela identificação do cenário artístico e cultural local e pelo fomento de atividades relacionadas a esse universo.

Temos uma vida artística muito rica e pujante. E que precisa ser aproveitada e valorizada. Nosso plano prevê tornar a cidade cada vez mais viva

e sociável, promovendo um calendário de feiras e eventos amplo, plural e rentável para o nosso município.

Valorizar o produtor cultural local é prioridade em nosso plano.

Facilitar o acesso aos espaços públicos e incentivar a contratação de artistas locais em eventos realizados em parceria com a prefeitura faz parte do nosso conjunto de ideias para Juiz de Fora.

PROPOSTAS

✓ Incentivo às práticas culturais no município, de acordo com as diretrizes e ações propostas pelo Plano Decenal Municipal de Cultura;

✓ Fomento às feiras de artesanatos, com apresentações culturais, musicais e experiências gastronômicas;

✓ Realização do Censo da cultura para identificar os artistas da cidade;

✓ Valorização do patrimônio imaterial da cidade, como a festa alemã e o festival colonial de música brasileira;

✓ Criação de um calendário de eventos anual e de uma identidade cultural do município;

✓ Incentivo à contratação de artistas locais para eventos patrocinados pela Prefeitura;

✓ Melhor aproveitamento do Teatro Paschoal Carlos Magno;

✓ Aprimoramento e atualização da Lei Murilo Mendes;

✓ Aprimor Fortalecimento da economia criativa na cidade;

✓ Continuidade da reforma do Museu Mariano Procópio;

✓ Maior divulgação e transparência nos projetos da Funalfa;

✓ Manutenção e ampliação do programa "Gente em primeiro lugar";

✓ Incentivo aos festivais de músicas clássicas, rock, gospel etc;

✓ Realização de parcerias e busca por recursos para investimento na cultura local;

✓ Política de valorização do patrimônio histórico da cidade;

✓ Regulamentação da Lei Municipal do Potencial Construtivo;

✓ Incentivo ao turismo de entretenimento;

✓ Realização de eventos culturais em bairros e praças do município, com maior visibilidade dos artistas locais;

✓ Garantia de assessoria jurídica para auxiliar os artistas com projetos de incentivo municipal, estadual e federal.

ESPORTE E LAZER

A atividade esportiva é saúde, educação, cultura, lazer.

É também uma grande paixão que envolve o sentimento e o entusiasmo das pessoas, bem como uma atividade econômica.

O esporte deve ser uma ferramenta de desenvolvimento econômico e não um fardo aos cofres públicos.

As estimativas atuais apontam o esporte, como o segmento econômico com a maior taxa de crescimento em todo o mundo.

A indústria do esporte em países em estágio mais avançado e consolidado, a prática de esportes ou o simples acompanhamento das temporadas esportivas já fazem parte da cultura do país e, por questões de saúde pública, as ligas, os clubes e as próprias escolas e academias recebem substanciais incentivos fiscais do governo. Em decorrência dessa melhor estruturação, as instituições esportivas nos torneios e competições de muitas modalidades conseguem reunir um elevado número de

patrocinadores, que acabam por movimentar muitos bilhões de dólares por ano. Nenhuma outra atividade cresceu tanto no mundo e no Brasil. Em 2020, mesmo com a pandemia, a expectativa da indústria é atingir US\$ 1,5 bilhão.

A gestão esportiva, quando coordenada pelos setores públicos e entidades privadas, tem-se mostrado extremamente eficaz e capaz de gerar negócios diretos além do turismo de eventos.

30% das crianças no país estão acima do peso.

O estilo de vida do brasileiro infelizmente está adoecendo e é cada vez mais comum relatos sobre o aumento de doenças como hipertensão, diabetes e colesterol elevado. Promover esporte e ambientes propícios para sua prática, é garantir saúde. Estudos comprovam que para cada dólar gasto em esporte, as cidades podem economizar até US\$ 3 nos custos com saúde.

Além de formador complementar a educação familiar e acadêmica, o esporte estimula a disciplina, resiliência, socialização, autoestima e a importância do trabalho em equipe, hoje fator decisivo no mercado de trabalho para qualquer atividade profissional.

PROPOSTAS



Criação de políticas de esporte bem definidas, coordenadas com eventos regionais, estaduais e nacionais;



Definição de um calendário unificado de eventos e campeonatos no município;



Implementação de melhorias necessárias para o pleno funcionamento do estádio municipal;



Interface com o Governo Federal para o término das obras e funcionamento do ginásio de esportes da cidade, que está em fase de execução há anos;



Melhoria da estrutura das escolas para realização de esportes;



Implantação de "Escolas de iniciação ao esporte" em praças, quadras comunitárias e espaços de lazer, atividades competitivas e para terceira idade;



Criação e democratização de quadras com estrutura para diversas modalidades esportivas nos bairros e comunidades;



Interação entre as secretarias de educação, turismo e melhorias nos convênios e parcerias do município com as entidades civis, associações de bairro, clubes, faculdades, escolas públicas e particulares;



Incentivo ao ranking de Corridas de rua, firmando convênios e parcerias com os realizadores dos eventos, desburocratizando o trâmite nas secretarias;

- ✓ Fomento à realização de eventos esportivos, profissional e amador para incentivar o turismo local;
- ✓ Criação de programas sociais mais abrangentes, com a valorização de todos os eventos esportivos;
- ✓ Ampliação dos programas "Bom de bola" e "JF Paralímpico";
- ✓ Implantação de políticas de esporte, cultura e lazer que contemplem pessoas com deficiência;
- ✓ Realização da Conferência Municipal de Esportes, Atividade Física e Lazer para estimular a participação popular;
- ✓ Realização de parcerias e busca por investimentos para aumento das práticas esportivas no município;
- ✓ Reestruturação organizacional para a recepção de grandes eventos;
- ✓ Criação de um departamento especializado na elaboração de projetos eficientes para captação de recursos a serem aplicados no esporte e realização de eventos esportivos, inclusive para a criação de bolsa atleta e bolsa treinador JF;
- ✓ Implementação de um novo formato para o carnaval de Juiz de Fora, tornando-o mais atrativo para o juiz-forano e turistas;
- ✓ Disponibilização de mais academias ao ar livre nas praças de Juiz de Fora;
- ✓ Democratização e utilização do Parque da Lajinha, garantindo um espaço atrativo e confortável aos juiz-foranos, devendo ser utilizado de forma sustentável;
- ✓ Fechamento de parte da Avenida Rio Branco aos domingos e feriados para realização de esporte, lazer e outras atividades guiadas.



**CIDADE
INTELIGENTE E
SUSTENTÁVEL**

A evolução tecnológica e a revolução digital transformaram o modo de viver nas cidades.

A aplicação dessas ferramentas no contexto urbano contribui para um desenvolvimento mais sustentável, com o uso inteligente de recursos, maior eficiência operacional, inclusão social e melhoria na qualidade de vida.

Sustentabilidade e inteligência são palavras de ordem para Juiz de Fora.

Precisamos garantir qualidade de vida às gerações atuais e futuras e é apenas com conservação de recursos, gestão responsável e equilibrada, maior acesso às energias limpas e renováveis, processos produtivos mais eficientes e menos poluentes que construiremos uma cidade de vanguarda que se estabelece contemporânea.

Vamos implementar políticas e programas de educação e conservação, articular o desenvolvimento

de ações que buscam implantar sistemas remotos de controle de serviços, como a iluminação pública e promoveremos um programa municipal de energia sustentável, começando pelos equipamentos públicos.

Toda criatura é digna de respeito e cuidados.

Para isso, vamos fortalecer os eventos de adoção em parceria com entidades da proteção animal, buscando sempre equipamentos públicos que garantam dignidade para todas as espécies. Na defesa da fauna e a proteção dos animais, o objetivo é ampliar o programa municipal de Castração Animal e o número de estruturas como os parcs nos espaços públicos.

Os próximos anos serão de transformações intensas nos centros urbanos. Essa evolução social e cultural promete gerar novos desejos, fazendo com que a cidade seja utilizada cada vez mais por prazer e promovendo ideais como inclusão, aproximação, conectividade, relacionamento e compartilhamento. O nosso desafio é levar Juiz de Fora para esse patamar.

PROPOSTAS



Estímulo à inovação e desenvolvimento econômico, apoiando especialmente as pequenas e médias empresas e sua relação com a organização civil e as instituições de ensino técnico superior de Juiz de Fora;



Desenvolvimento de ações de transformação da cidade em município inteligente, privilegiando a implantação de sistema de controle à distância de equipamentos e serviços, como iluminação pública, com base em tecnologia da "internet das coisas";



Incentivo à criação, por empresas de software, de aplicativos para celulares que facilitem a vida do cidadão em Juiz de Fora, ao mesmo tempo em que incentiva o surgimento de um ambiente criativo, inovador e empreendedor na região;



Implantação de wifi grátis nas praças, ônibus, pontos de ônibus, UAPS, escolas, órgãos públicos municipais e outros espaços comuns de Juiz de Fora;



Atualização da legislação urbanística (lei de uso e ocupação do solo, código de obras e parcelamento do uso) de acordo com o novo Plano Diretor;



Elaboração e implementação do Plano Diretor Municipal de Meio Ambiente;



Complementação das obras da Estação de Tratamento de Esgotos da ETE União Indústria, ampliando a despoluição das águas do Rio Paraibuna, assim como captação de recursos e execução de obras e projetos de despoluição dos córregos da cidade;



Implantação do Plano Municipal de Arborização;



Implementação do Plano Integrado de Resíduos sólidos;



Desenvolvimento de ações voltadas à revitalização, preservação e proteção dos mananciais e cursos d'água e das unidades de conservação existentes;



Elaboração e implantação de programa de energia sustentável, começando pelos equipamentos públicos;



Apoio às cooperativas e associações de coletores de recicláveis;



Criação do Programa de Logística Reversa, com coleta seletiva específica para resíduos de forte impacto ambiental, como óleos, embalagens de agrotóxicos, lâmpadas fluorescentes, baterias de telefones, com intuito de evitar a contaminação do solo;



Fortalecimento e melhoria da Ouvidoria do Município;



Proposição de adequação da legislação municipal, incentivando a manutenção de áreas permeáveis e o uso de água de chuva;



Expansão do programa de instalação de ecopontos integrados a uma estação de reciclagem de resíduos de construção civil, buscando eliminar o descarte irregular;



Realização de estudo para implantação de um parque ecológico na represa de São Pedro;



Ampliação da coleta seletiva no município;



Ampliação do Programa de Castração Animal, expansão do atendimento do Castramóvel, construção de parcs em outras praças e espaços da cidade e realização de eventos constantes de adoção, em parceria com entidades de proteção animal;



Realização de estudo, com ampla participação da sociedade civil e de órgãos de proteção animal para ampliação do canil municipal e construção de hospital veterinário e cemitério municipal para animais de pequeno porte.



ZONA RURAL E AGROPECUÁRIA

A nossa Zona Rural não pode seguir sendo negligenciada.

Os homens e mulheres do campo ficaram tempo demais esquecidos e à margem das políticas públicas. Valorizar os agricultores e incentivar cooperativas de agricultura familiar vai resultar em mais postos de trabalho e em alimentos mais baratos na mesa do consumidor juiz-forano.

A busca por uma constante melhoria nas estradas de acesso à Zona Rural também está contemplada no nosso plano de gestão, assim como o reforço da segurança e a fiscalização do transporte público, sobretudo o transporte escolar. Outra queixa muito grande de quem mora nessas localidades mais afastadas do Centro é a dificuldade de acesso à saúde. Nosso plano vai mostrar como melhorar e ampliar o atendimento da saúde básica na área rural.

Em todo o Brasil, o agronegócio gera riqueza e fartura. E Juiz de Fora não pode negligenciar esse setor tão importante. Nossos produtores

rurais estão carentes de eventos para expor seus produtos. É fundamental retomar nossas festas e exposições, tornando-as mais atrativas, valorizando a cultura local.

O desenvolvimento do agronegócio regional perpassa também pelo apoio e fomento à realização dos tradicionais torneios leiteiros de Juiz de Fora. Ajudar a melhorar a genética do gado, sobretudo dos pequenos produtores, vai aumentar a produção e gerar mais produtividade e renda. Isso é possível através da implementação do Programa Mais Genética no município.

Por fim, vale ressaltar também outro ponto deste plano: a busca pela ampliação das feiras livres, bem como das feiras noturnas.

O Poder Público pode, e deve, incentivar a realização de feiras livres na cidade, melhorando a fiscalização e a segurança.

PROPOSTAS



Busca de reforço da segurança na zona rural;



Implantação do Projeto Mais Genética no município, melhorando a qualidade do gado leiteiro dos pequenos produtores rurais, gerando mais produtividade e renda;



Apoio e fomento à realização de todos os torneios leiteiros de Juiz de Fora;



Melhoria e ampliação no atendimento da saúde básica na área rural;



Fomento às cooperativas de agricultura familiar;



Reforço na fiscalização do transporte público na zona rural, principalmente o transporte escolar;



Busca constante por melhorias nas estradas de acesso à zona rural;

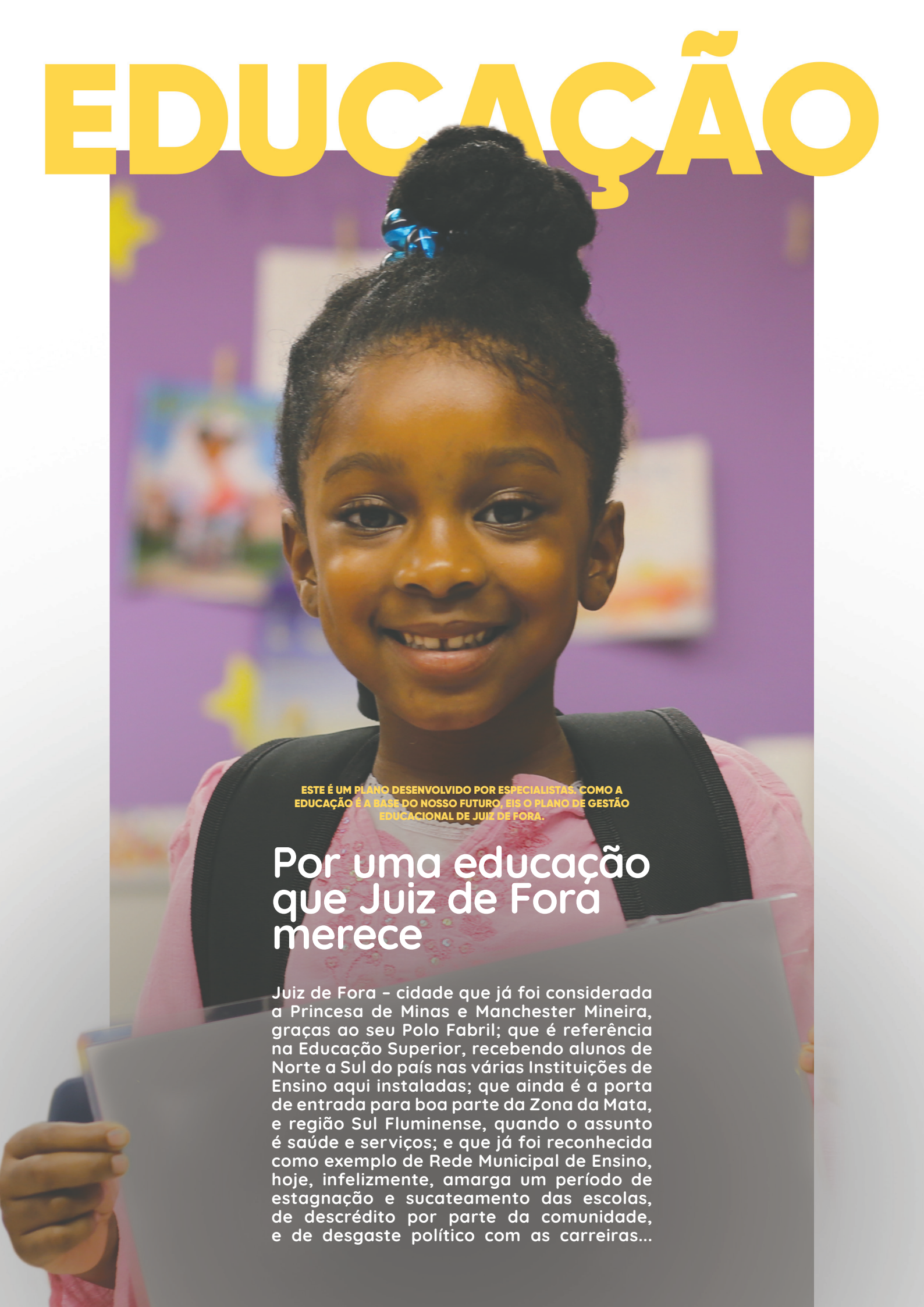


Retomada da festa de exposições, tornando-a mais atrativa, valorizando a cultura local, cumulando com agendas voltadas ao desenvolvimento do agronegócio regional;



Incentivo e ampliação de feiras livres e feiras noturnas na cidade, melhorando a fiscalização e segurança para maior dignidade aos feirantes e consumidores;

EDUCAÇÃO



ESTE É UM PLANO DESENVOLVIDO POR ESPECIALISTAS. COMO A EDUCAÇÃO É A BASE DO NOSSO FUTURO, ÉIS O PLANO DE GESTÃO EDUCACIONAL DE JUIZ DE FORA.

Por uma educação que Juiz de Fora merece

Juiz de Fora - cidade que já foi considerada a Princesa de Minas e Manchester Mineira, graças ao seu Polo Fabril; que é referência na Educação Superior, recebendo alunos de Norte a Sul do país nas várias Instituições de Ensino aqui instaladas; que ainda é a porta de entrada para boa parte da Zona da Mata, e região Sul Fluminense, quando o assunto é saúde e serviços; e que já foi reconhecida como exemplo de Rede Municipal de Ensino, hoje, infelizmente, amarga um período de estagnação e sucateamento das escolas, de descrédito por parte da comunidade, e de desgaste político com as carreiras...

que compõem a Educação. E qual a razão para esse cenário? Um modelo de gestão centralizador, inexistência de um projeto de longo prazo para o município e a falta de capacidade para construir parcerias (com pais, servidores e alunos), em torno de um objetivo comum - o oferecimento de uma Educação de qualidade, em um ambiente justo e democrático, que saiba reconhecer dentro da Rede suas potencialidades, e corrigir suas deficiências.

Na esperança de construir um novo futuro para o Ensino em nossa cidade, cinco profissionais da área educacional, especialistas em suas áreas de atuação, foram convidados a pensar um Projeto Educacional para Juiz de Fora...

que tivesse como base o respeito às ideias e opiniões dos atores que participam do processo de ensino-aprendizagem, e a construção de resultados baseados na eficácia e na eficiência da Educação Pública, consolidados através de Metas e de um modelo próprio de Avaliação Institucional, que representem o desenvolvimento de um Projeto contínuo de Aprendizagem, e não apenas o retrato político de uma Gestão.

Para alcançar a tão desejada melhoria dos indicadores, tendo como consequência a melhoria da qualidade do ensino oferecido à sociedade - objetivo final de toda a Educação - necessário se faz o rompimento com pragmatismos metodológicos, e o fortalecimento do dialogismo entre as diversas áreas de conhecimento que compõem o Currículo da Educação Básica, da Educação Infantil ao Ensino Fundamental, bem como a mediação de ações que envolvam a Arte, a Cultura e o Esporte dentro da vida escolar,

como forma de estímulo à sensibilidade, à interação, ao respeito e à valorização da cidadania dos alunos inseridos na Rede.

Além disso, a Rede de Ensino Municipal tem que ser inclusiva e acessível a todos...

- portadores de deficiências e não-portadores. Para os deficientes esse objetivo será alcançado através do fortalecimento e consolidação do trabalho que já vem sendo desenvolvido pelos Centros de Atenção Educacional Especializado - CAEE, e ao oferecimento de condições arquitetônicas, informacionais e de apoio para que nenhum deficiente, ou possuidor de super dotação ou altas habilidades fique desassistido.

Aqueles ditos não portadores de deficiência, a acessibilidade informacional também é necessária, e será alcançada através da revisão do modelo de gestão ora implementado, que além de centralizador das ações, gera ineficiência no tempo e na qualidade das respostas às demandas apresentadas pela comunidade, carecendo, inclusive, de objetividade e clareza quanto às atribuições e competência de cada área administrativa que compõem a estrutura organizacional da Secretaria de Educação do Município.

O grupo, ora formado com o real propósito de contribuir com a melhoria do Ensino oferecido em Juiz de Fora, tem o entendimento de que a Educação não dá saltos, por isso não adianta fabricar resultados, nem tampouco reinterpretar indicadores. É necessária a existência de um Projeto Educacional sério, competente, de longo prazo e embasado pelos melhores referenciais teóricos, aliados à vontade política de um Gestor Municipal que enxergue na Educação Básica o fio condutor do processo de transformação social e cognitiva de cada indivíduo, por isso mesmo o maior patrimônio que ele pode oferecer como legado de sua Gestão, à cidade que o escolheu nas urnas.

GESTÃO DA EDUCAÇÃO

Tratar de Gestão em Educação, especialmente a pública, não pode ser um mero ato gerencial, de empilhamento de cargos e atribuição de funções, até por que isso já está feito dentro da ordenação administrativa hoje posta na Rede Municipal. Há que se ter um propósito e uma proposta, nesse caso o primeiro é oferecer a Juiz de Fora o Ensino que ela tanto merece, e a segunda é fazê-lo tendo como princípio a qualidade, em conformidade com os preceitos da economicidade e das melhores práticas de gestão, já implementadas com sucesso em outras redes – ser eficiente nos procedimentos, para garantir a eficácia do modelo.

A qualidade não pode ser vista apenas como uma apresentação de indicadores positivos sob o risco de, tal como na Covid-19, essa situação esconder um paciente contaminado, mas assintomático. E essa é a metáfora mais adequada para se entender o que acontece hoje com a Educação Municipal – uma Rede de Ensino com uma história de sucesso, com um corpo técnico e docente altamente qualificado (muitos Mestres e Doutores), mas que apresenta um resultado incompatível com tanto investimento – ela está adoecida e não se deu conta ainda dos sintomas. Isso por que a Gestão em Educação deve ser baseada em um Projeto Pedagógico e Político alicerçado em metas (de curto, médio e longo prazo) que tenham nos resultados, e não nos indicadores, sua premissa.

Uma Rede que ainda não atingiu um nível de eficiência que possibilite ter 100% de suas crianças até os 7 anos de idade proficientes quanto à Leitura e ao Letramento Matemático, não pode falar de qualidade no ensino. Nem tampouco a terá se a Educação de Jovens e Adultos não for enxergada com o mesmo olhar crítico, de formação e letramento, mas principalmente de resgate da cidadania desses milhões de brasileiros que ficaram fora das salas de aula no tempo certo.

Da mesma forma, não basta implantar um Novo Currículo (BNCC) sem mudar o processo de ensino-aprendizagem – metodologias, planejamento e avaliação – que deve ter um olhar transdisciplinar, especialmente nos Anos Iniciais que é um período decisivo de transição entre a Educação Infantil e a grande mudança que irá acontecer com a chegada dos Anos Finais do Ensino Fundamental. E para que

isso aconteça, a formação continuada dos professores é fundamental – há que se fomentar uma mudança paradigmática que entenda essa qualificação como a construção de um novo olhar sobre a práxis pedagógica, tendo a Pesquisa e o Ensino a Distância como auxiliares nessa proposição.

Contudo, uma Rede que não se enxerga, não muda de verdade, por isso é necessário que seja construído um Sistema de Avaliação Institucional baseado em três pilares:

Avaliação do Sistema de Ensino

Não esperar que as Avaliações Oficiais sinalizem o problema que está ocorrendo no dia a dia, dentro das salas de aula, e precisa de correção imediata

Avaliação de Desempenho Funcional

Que não pode ser vista como punitiva, mas sim como forma de valorização do mérito, dando a oportunidade de mudança e crescimento

Avaliação do Sistema de Gestão

Através de ferramentas que o gerenciamento de processos oferece, e dessa forma é possível monitorar as metas estabelecidas e o cumprimento do plano de ações a elas correspondente, de forma contínua

Fazer mais e melhor, gastando menos – apesar de parecer óbvio (ainda mais em se tratando de Gestão Pública) o que se vê, na maioria das vezes é exatamente o inverso – máquinas inchadas e pouco produtivas, desperdício do dinheiro público, um verdadeiro descalabro. Mas em se tratando de Gestão da Educação esse tipo de erro é aviltante, pois a ineficiência administrativa pode comprometer a boa execução da prática pedagógica, consequentemente, a qualidade do ensino oferecido à sociedade.

Para tanto é preciso trabalhar em várias frentes, uma delas é a construção de uma estrutura organizacional que seja funcional...

sem ser grande, nem pequena demais, com clareza de funções, que devem estar organizadas em áreas administrativas bem definidas, onde fique claro para um servidor (ou para um cidadão) o que cobrar e de quem cobrar.

Mas não basta ter um Organograma bem feito se o sistema não funciona, se a maneira de gerir os processos ainda é baseada em papel e caneta, como se fazia há 20 anos. Simplificação de processos significa otimização de tempo e recursos com consequente diminuição da burocracia, e isso hoje é conseguido através de Sistemas Eletrônicos de Gestão de Informações (SEI) que permitem um ganho expressivo na funcionalidade, e na eficiência dos procedimentos administrativos, existindo vários exemplos em funcionamento dentro da Rede Pública que podem ser usados como referência, ou mesmo compartilhados. Porém ainda estamos tratando da Gestão em uma área Educacional, onde o fim é a qualidade do ensino oferecido na ponta – ao educando, e uma das grandes queixas apresentadas hoje pela Rede (quando o assunto é a solução dos problemas do dia a dia das unidades escolares) é, além da burocracia, a dificuldade no acesso e na resposta às demandas – o que se explica por um modelo de gestão centralizador que não favorece a solução dos problemas no tempo ideal. Em resposta a isso, além de um organograma funcional, e da desburocratização dos processos, sugerimos a reorganização da Rede em áreas geográficas pré-definidas (ainda que em termos conceituais para não exigir a criação de novos cargos para atendimento dessas demandas) o que favorecerá a produção de respostas e a construção de programas sociais e culturais, segmentados de acordo com o perfil e as necessidades da região em que cada unidade escolar está inserida.

Promover o diálogo entre as partes que compõem a Rede, além de ser uma das habilidades esperadas de um líder (e desejada em um gestor), é uma prática saudável por criar um ambiente organizacional cooperativo, e não meramente competitivo.

Em se tratando de um ambiente escolar essa relação nem sempre é bem resolvida – existem frustrações pessoais, problemas com as carreiras e com a questão de infraestrutura das

escolas que podem causar um grande desgaste para a equipe, e influenciar negativamente na qualidade do ensino oferecido.

Por esse motivo, construir uma relação de parceria com todos os atores envolvidos no processo de ensino-aprendizagem – pais, alunos, professores e funcionários – deve ser uma meta de gestão de longo prazo, perene, que se não resolverá todos os problemas, permitirá o compartilhamento das responsabilidades durante o processo de tomada de decisões, nem sempre consensuais. Um exemplo disso é o preenchimento das vagas hoje ocupadas por professores contratados, por efetivos aprovados em concurso público – uma necessidade, mas que envolve planejamento e vontade política para fazer acontecer.

Da mesma forma há que se ter empenho e criatividade para garantir a qualidade do ensino, sem o aporte de recursos que a Rede Privada, por exemplo, dispõe. Por se tratar de ensino público as soluções mais simples (e mais econômicas), normalmente são as mais viáveis, então se não é possível oferecer (ainda) aos alunos um Laboratório de Realidade Aumentada em cada escola, é possível desenvolver o lado humanístico e a cidadania dos educandos com intervenções culturais, artísticas e esportivas – ferramentas importantíssimas quando se pensa na meta de atendimento em tempo integral em toda a Rede.

Ainda com as limitações que o orçamento público impõem, o planejamento em torno da construção de uma “Educação que Juiz de Fora merece” não pode prescindir de ter um projeto de Inclusão e Acessibilidade consolidado, bem como não pode perder de vista a necessidade de investir em Tecnologia de Informação para que ações que envolvam as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC’s) (e mesmo o Ensino a Distância), não sejam uma realidade distante (a Pandemia do Coronavírus foi fatal para a continuidade do aprendizado nas Redes Públicas, justamente pela falta de investimentos anteriores que não foram feitos nessa área).

Como não é possível fabricar dinheiro que alimente o sistema para viabilizar esses investimentos, necessário se faz que se crie um bom relacionamento com o setor privado, através da formulação de Parcerias Público-Privadas (PPPs) que possam oferecer aquilo que o Estado ainda não consegue dar. Prova

disso é que existem hoje várias empresas com responsabilidade social, e que enxergam no investimento em Educação o caminho para a construção de uma sociedade mais próspera e justa, com mão de obra mais qualificada, resultando em aumento da produtividade e do lucro, a longo prazo. Apenas para citar, destacamos aqui o trabalho que o Instituto Votorantim, o Instituto Unibanco e o Instituto Ayrton Senna já desenvolvem há um bom tempo pelo país afora.

A Educação não dá saltos, por isso indicadores educacionais podem ser falaciosos. Ela é um processo que demanda tempo, planejamento, vontade política e avaliação constante que retroalimente o Sistema, proporcionando as mudanças necessárias para atingir sua finalidade - transformar o homem, dotando-o

de autonomia e senso crítico, que lhe confira dignidade e condição de viver sua vida em liberdade. Por isso acreditamos em um modelo de Gestão, de longo prazo, oxalá perene, que ofereça à cidade de Juiz de Fora o maior patrimônio que pode ser a ela legado - um Sistema Educacional Municipal de qualidade, e que seja referência na Região.

Objetivo Geral: oferecer à cidade de Juiz de Fora a melhor Educação que ela merece ter, a partir de um Projeto Educacional que seja perene, e não apenas a marca de uma gestão.

PROPOSTAS

- ✓ **Garantir a Alfabetização na idade certa e o Letramento Matemático até os sete anos de idade;**
- ✓ **Desenvolver um Sistema de Avaliação Institucional: Ensino, Desempenho e Gestão;**
- ✓ **Consolidar a implantação da Base Nacional Comum Curricular - BNCC;**
- ✓ **Valorizar a Educação de Jovens e Adultos;**
- ✓ **Investir na Educação Inclusiva e na Acessibilidade;**
- ✓ **Promover o diálogo entre Educação, Arte, Cultura e Esporte;**
- ✓ **Fomentar a Formação Continuada, aliada à Pesquisa e ao Ensino à Distância;**
- ✓ **Descentralizar a Gestão da Educação;**
- ✓ **Implementar o Ensino em tempo integral em toda a Rede;**
- ✓ **Simplificar a Gestão de Processos;**
- ✓ **Criar parceiros inter e intra-institucionais;**
- ✓ **Valorizar as carreiras da Educação;**
- ✓ **Captar recursos através de parcerias com o setor privado.**

METAS DE TRABALHO DE CURTO PRAZO

12 MESES

Métodos e Tecnologias Educacionais

como forma de viabilizar a implantação do novo currículo da Rede, referenciado na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), desenvolver estratégias que possibilitem a revisão das metodologias e tecnologias educacionais usadas dentro das salas de aula.

Construir Laboratórios de Matemática nas escolas da Rede

criar laboratórios sustentáveis de matemática nas Escolas Municipais.

Preparação da volta às Aulas em um cenário adverso

Precisa-se pensar em voltar – esse tema é ainda mais específico para educação infantil por se tratar de crianças muito pequenas – com o apoio dos profissionais de saúde para mitigar os impactos da pandemia e retardar a disseminação da infecção. Existem duas situações a serem pensadas e planejadas: a primeira, se os professores e professoras já estiverem contratados; a segunda, se professoras e professores ainda não estiverem sido contratados.

Promover um diagnóstico na Rede sobre a evasão escolar

Fazer um levantamento nas escolas das crianças que não retornaram; fazer contato por telefone; acionar o Conselho Tutelar para auxiliar nessa tarefa; acionar o departamento competente da Secretaria de Educação para que o mesmo entre em contato com essas famílias através de cartas, telegramas e se preciso for, procure pessoalmente no endereço, junto com os órgãos competentes, empreendendo todos os esforços possíveis para o retorno das crianças à escola.

Identificar se houve um aumento desproporcional na reserva de vagas

Fazer um levantamento junto a Secretaria de Educação para saber qual o quantitativo de vagas solicitadas por alunos oriundos das escolas particulares, pois é necessário saber se o número de vagas disponíveis no município atende a essa demanda. Caso se depare com uma situação onde se tenha mais alunos do que vagas, pode-se pensar em estratégias – como já ocorreu na Educação Municipal, há alguns anos – de alugar salas de aula de escolas estaduais que possuam esses espaços sem ocupação. É necessário se levar em conta que as escolas estaduais também devem receber um maior número de alunos vindos das escolas particulares, por isso é preciso fazer esse levantamento rapidamente. Caso não se tenha êxito com as escolas estaduais, pode-se pensar também em parceria com as escolas particulares e no aumento do número de escolas conveniadas.

Plano Nacional de Educação

Mapear o cumprimento das metas pactuadas que relacionam-se com a Rede, para executá-las, até 2024, na sua integralidade, ou o mais próximo disso.

Plano Decenal de Educação

mapear o que foi efetivamente cumprido, e onde falta chegar até 2025, identificado quais metas são passíveis de cumprimento, quais não se aplicam mais, e quais delas não foram alcançadas. Lembrando que esse Planejamento foi iniciado em 2016 tendo, portanto, avançado dentro de mais de uma Gestão Municipal, o que pode ter interferido na sua exequibilidade. Ao final desse quadriênio, projetar um novo Plano alicerçado no Projeto de longo prazo, e perene, que compõem essa proposta.

Articulação com o Setor de Saúde e as Redes de Proteção

Durante uma pandemia, a necessidade de articulação entre as políticas públicas tornam-se ainda mais importantes. Pensando nessa parceria com os demais órgãos responsáveis, seria oportuno planejar alguns temas como, por exemplo, uma semana de treinamento para os profissionais de educação. Tudo é muito novo para todos, crianças, famílias, professores, e demais funcionários das escolas.

Cumprimento dos protocolos sanitários e de segurança recomendados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE)

enquanto não existe uma vacina eficaz e testada, é preciso pensar na redução dos horários de funcionamento das escolas, isso requer um estudo mais aprofundado, pois existem situações de crianças em que todos da família trabalham e que não tem com quem deixar os pequenos, bem como existem responsáveis que conseguem solicitar a diminuição de sua carga horária e outras que conseguem fazer rodízio para buscar as crianças mais cedo nas escolas. Por outro lado existem casos de famílias onde não há possibilidade de nem um e nem de outro. Em função disso, pode-se pensar em atender presencialmente somente a demanda de crianças que não têm acesso à internet, e que vivem em situação de vulnerabilidade, mesmo sabendo que a Educação é um direito fundamental de todos, em um cenário de exceção não se pode descartar essa possibilidade. Seguindo as orientações do CNE, todos os profissionais das escolas precisam estar protegidos com jalecos, máscaras, luvas, material de higienização – os profissionais que trabalham com os bebês e os professores, bem como todos os demais funcionários. Os terceirizados ficam por conta das empresas, mas é preciso estar atento se as normas estão de segurança e higiene estão sendo cumpridas – brinquedos, carteiras, o chão, o banheiro, os colchões, todo o material dividido com as crianças precisam ser esterilizados várias vezes ao dia.

METAS DE TRABALHO DE CURTO PRAZO - 12 MESES

Oferecer acolhimento psicossocial a professores, servidores, pais e alunos

O acolhimento se faz necessário nesse momento em que crianças, pais, professores e servidores retornam com sérios problemas emocionais, originados pelas consequências causadas pela pandemia. Para tanto é necessário um trabalho multidisciplinar com o apoio de Psicólogos e Assistentes Sociais que poderão atuar dentro das escolas. Por entender que isso afeta diretamente o orçamento municipal, já comprometido, pode-se pensar em uma parceria com a Secretaria Municipal de Saúde.

Promover a inserção do currículo da Matemática na Educação Infantil

Incluir elementos de uma pré-álgebra e pensamento lógico no currículo de Matemática da educação infantil.

Contratação de equipe multidisciplinar

Assegurar a contratação de equipe multidisciplinar (psicologia, fonoaudiologia e assistente social) para todos os quatro Centros de Atendimento Educacional Especializado - CAEEs.

Olimpíada de Matemática das Escolas da Rede Municipal de Ensino

criar a Olimpíada de Matemática das Escolas das PJF.

Assegurar a continuidade do Projeto de Docência Compartilhada

considerando que conhecimento pedagógico é primordial para sustentar a aprendizagem de todos os alunos, principalmente daqueles que apresentam demandas de acessibilidade.

Criar mecanismos avaliativos sistematizados para o Projeto de Docência Compartilhada

essa meta visa garantir a corresponsabilidade de todos os docentes no planejamento, proposição e avaliação de práticas verdadeiramente inclusivas.

Fortalecer as políticas intersetoriais

essa meta visa consolidar ações através de programas da Educação, Saúde e Assistência Social.

Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais

garantir a implementação de novas salas de Recursos Multifuncionais nas escolas que indicarem demandas de atendimento, e a ampliação de materiais acessíveis.

Promover discussão e revisão dos Projetos Políticos Pedagógicos à luz da perspectiva educacional inclusiva

considerando como linha condutora reflexiva o conceito do Desenho Universal da Aprendizagem - DUA.

Estabelecer parcerias com outras redes de ensino e pesquisa sobre educação inclusiva

dentre elas, a UFJF - visando a ampliação do debate acadêmico e a formação de professores, através de cursos de extensão e grupos de estudo e pesquisa.

Revisão dos mecanismos avaliativos

Construir mecanismos avaliativos processuais das práticas docentes, sem distinção entre o vínculo contratual ou efetivo, que considerem efetivamente o compromisso com práticas inclusivas.

Garantir internet de qualidade em todas as escolas

internet para uso dos profissionais e laboratório de informática para uso dos alunos. Buscar parcerias para equipar as escolas.

Ampliação dos cursos de Formação para Educação Inclusiva

ampliar os cursos ofertados pelo Centro de Formação do Professor que perpassam sobre a dimensão da educação na /para a diversidade.

Maior integração e participação das famílias no ambiente escolar

A presença de pais e responsáveis na vida acadêmica dos filhos é fundamental e muito necessária para o melhor desenvolvimento dos alunos.

Mudança nos critérios de seleção pública

criação de Concurso Público para Professor Municipal, sem a distinção como estava sendo proposto pela atual gestão, entre professor de apoio e demais cargos. Na perspectiva Inclusiva, ambos os docentes precisam ser considerados igualmente responsáveis pela aprendizagem e desenvolvimento de TODOS os educandos. A criação de cargo específico para professor de apoio tende a impactar na desresponsabilização daqueles que não se consideram especialistas.

METAS DE TRABALHO DE MÉDIO PRAZO

24 MESES

Novo modelo de Gestão

redesenhar o modelo administrativo da Educação em Juiz de Fora, descentralizando a linha de comando e reorganizando as áreas de atuação da pasta, de tal forma que as atribuições e responsabilidades fiquem claramente definidas.

Otimização de Recursos

“Fazer mais e melhor com menos” valorizando as boas práticas de gestão, e dando destaque às ações de inovação Pedagógica que já existem dentro da Rede.

Pactuação de PPPs

através de parcerias, promover melhorias na infraestrutura e em serviços que a Rede não consegue disponibilizar, seja pela retenção orçamentária e/ou fiscal.

Descentralização da Educação

a partir do mapeamento administrativo já existente na cidade, organizar a Rede de Ensino por regionais, aproximando as escolas do núcleo de gestão, e segmentando Ações Pedagógicas e Programas Socioeducativos, de acordo com o perfil e necessidade de cada região (vulnerabilidade social, déficit de aprendizagem, características locais).

Sistema de Avaliação de Desempenho

tendo como princípio a meritocracia e o respeito à diversidade de ideias e opiniões, oferecer um sistema de avaliação de desempenho que possibilite a otimização do Plano de Carreira, bem como a formulação de novos incentivos que valorizem a inovação e a proatividade dentro das funções de cada servidor.

Gestão

com base no gerenciamento de processos, desenvolver um Sistema de Avaliação de Gestão baseado em Metas, e no plano de ação para cumprimento de cada uma delas. Nesse modelo é possível auditar em tempo real o cumprimento e as dificuldades de execução, bem como os responsáveis por cada ação. Fazendo um recorte temporal é possível fazer uma checagem a cada 6 meses, para monitorar o trabalho na Rede, mas é imprescindível a realização de um Seminário de Avaliação Institucional bianual que permita repactuar metas e corrigir rotas se necessário for, antes do término do mandato dos Gestores.

Sistema Eletrônico de Informação (SEI)

Simplificar e desburocratizar o setor público é um dos grandes desafios de qualquer gestor, mas felizmente hoje já existem diversos modelos de Sistema de Gestão dos Processos Administrativos que possibilitam diminuir a burocracia e otimizar tempo e recursos, dando celeridade e transparência à Administração.

Núcleo de Excelência em Formação Continuada

maximização de recursos e oportunidades para que a Formação Continuada na Rede ofereça além dos cursos livres, capacitação em nível de Latu Senso.

Ensino à Distância

incrementar os recursos de EaD já disponíveis na Rede, fortalecer e criar parcerias, com a finalidade de otimizar o Ensino à Distância enquanto ferramenta de Formação Continuada.

Incentivo à Pesquisa

como a Rede Municipal de Ensino já possui um grande número de docentes titulados (Mestres e Doutores) incrementar o incentivo às ações de Pesquisa, tendo como campo de observação e análise a própria Rede, fomentando assim a melhoria da qualidade de ensino, e o desenvolvimento de uma nova práxis pedagógica.

Programa “O bom filho à casa torna”

vinculação e aplicação dos produtos desenvolvidos durante a Formação Continuada (Dissertação e Tese) dos professores, dentro da própria Rede de Ensino, quando capacitados com recursos provenientes do Orçamento Público Municipal.

Investir na formulação de métodos avaliativos para o Letramento Matemático

Avaliar se as práticas pedagógicas dos docentes da educação infantil e básica estão alinhadas com o currículo de matemática da PJF e a BNCC; construir indicadores próprios para atestar o nível de proficiência dos diversos tipos de pensamento matemático e criar um banco de questões de Matemática.

Concurso Público

priorizar o preenchimento das vagas em aberto por profissionais efetivos e realizar mudanças no processo de seleção a fim de garantir a qualidade e a vinculação dos novos efetivados com a carreira.

METAS DE TRABALHO DE MÉDIO PRAZO - 24 MESES**Plano de carreira do Magistério**

assegurar o cumprimento do Plano de Carreira na Rede Municipal de Ensino, e criar incentivos e avaliação por desempenho, visando a melhoria da qualidade do Ensino oferecido.

Elevar o índice de desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)

melhorar os indicadores de desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) dos Anos Iniciais e dos Anos Finais para 6,0.

Criação de uma Escola Modelo para implementação e estudo de novas metodologias

Criar um projeto-piloto de uma escola-modelo da rede com características que desconstruam o tripé pedagógico: currículo, tempo e espaço.

Construção do Centro de Atendimento Educacional Especializado - Norte

complementar a Rede de CAEE's do município com a construção da Unidade Norte.

Implementar atendimento diurno para jovens que não completaram as etapas do ensino fundamental:

Garantir a esses jovens o direito de estudarem no turno diurno.

Otimização de Recursos

"Fazer mais e melhor com menos" valorizando as boas práticas de gestão, e dando destaque às ações de inovação Pedagógica que já existem dentro da Rede.

Implementação do Novo Currículo da Rede com base na BNCC:

se não houvesse ocorrida a Pandemia do Coronavírus, o ano de 2020 teria sido marcado pela implementação na Rede Municipal de Ensino do Novo Currículo construído a partir das orientações da Base Nacional Comum Curricular. Como isso de fato não ocorreu, é necessário que 2021 seja o ano em que ele seja implementado, com ações de consolidação do trabalho que passam por capacitação da equipe pedagógica, e proposição de novos modelos metodológicos de ensino, uma nova visão sobre o Planejamento Escolar e a adoção de novos conceitos sobre avaliação.

Incentivar manifestações artísticas e culturais

dar acesso às mais diversas manifestações artísticas e culturais.

Garantir maior número de turnos da EJA

Garantir que todas as pessoas que trabalham tenham acesso à Educação de Jovens e Adultos, implantando turnos intermediários para esse acesso.

Creche

fazer um levantamento da demanda, dar transparência ao número de vagas e ao total de espera. Garantir creche para todas as crianças como manda a constituição.

METAS DE TRABALHO DE LONGO PRAZO

48 MESES

Alfabetização no Tempo Certo

através da definição de um prazo limite (até 2025) para que a Rede alcance proficiência e efetividade na Alfabetização e no Letramento Matemático até os 7 anos de idade desenvolver estratégias para maximização de resultados, associadas às novas Metodologias de Ensino baseadas no Novo Currículo, e no Sistema próprio de Avaliação do Ensino.

Educação em Tempo Integral

uma das metas mais complexas devido ao alto custo agregado para o seu cumprimento, é de suma importância que ela aconteça de forma escalonada, começando pela Educação Infantil, em um segundo momento nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental até atingir toda a Rede, com os Anos Finais.

Fortalecer e consolidar o trabalho pioneiro que é desenvolvido na Rede com Arte-Educação

reconhecer a Arte como área de conhecimento e estudar os fundamentos das linguagens, códigos e tecnologias aplicadas às artes.

Sistema de Avaliação do Ensino

dotar a Rede de Sistema de Avaliação próprio do Ensino que permita mensurar dentro da prática educacional os déficits e as habilidades que podem ser maximizadas, sem depender das avaliações oficiais, distantes no tempo e da realidade de cada unidade escolar.

Desenvolver o senso estético e sensorial dos alunos através da apropriação de novas experiências

reconhecer a Arte como área de conhecimento e estudar os fundamentos das linguagens, códigos e tecnologias aplicadas às artes.

Formação de público espectador

valorizar a produção de artistas mulheres e homens, do passado e do presente, local, nacional e internacional, provocando também a criação artística nos alunos e alunas da rede municipal de ensino.

Escola cívico e militares no município de Juiz de Fora

a partir desse modelo, buscar um plano piloto.

AGRADECIMENTOS

Esse Plano de Gestão é um marco na história de Juiz de Fora. Pela primeira vez, uma candidata se propôs a se debruçar sobre os principais temas da administração municipal: ouvindo, dialogando e debatendo pontos pertinentes, sensíveis, necessários e imprescindíveis.

Governar não é um ato solitário. Governar bem, de forma justa e eficiente, é um processo de várias mãos. Quando várias cabeças pensam juntas, se reúnem, conversam e chegam a um consenso, o resultado é sempre melhor. Centenas de pessoas participaram desse processo. Foram horas e horas de encontros e reuniões. Ele foi escrito, revisado, reescrito, refinado e aprimorado. Tudo com o zelo e dedicação que sempre imprimi em meus projetos.

Mas eu nunca teria feito isso sozinha. Por isso, quero agradecer demais a todos os que se dedicaram de corpo e alma na construção desse documento tão importante para a nossa cidade. Mulheres e homens que me emprestaram seus conhecimentos, experiência e vontade de transformar Juiz de Fora.

Tive muito orgulho em liderar esse projeto tão especial e necessário. E Juiz de Fora merece nada menos que o melhor. A qualidade e excelência que os especialistas, colaboradores e meus assessores imprimiram a este longo e completo material é o preâmbulo de tudo que desejamos realizar na Prefeitura.

Muito obrigada e rumo à vitória!



Delegada Sheila

DELEGADA
SHEILA
PREFEITA 17
VICE JÚLIO OBAMA JR.

